

SAPIENTIAJUS



Parafraseando Manuel Enriques Garcia: Este roteiro foi elaborado para estudantes de direito, mas, com fim básico de convidá-los a subir ou a se aprofundar na pesquisa. Daí, a linguagem de iniciação, dando-lhes as chaves dos conceitos; porém não encorajar-lhes facilidades. Outra finalidade, é fornecer aos estudantes chaves de leitura do Curso de Direito na área das Ciências Econômicas. Não se prescinde de consulta á bibliografia complementar, nem do contato com a legislação pertinente.
Prof. GARCIA.

SAPIENTIAJUS

DEFINIÇÕES E CONCEITOS

1º ponto

1. - Economia = Oikonomía (grego) – óikos = casa / nómos = lei.

- 1.1. - *“A economia estuda a maneira como se administram os recursos escassos, com o objetivo de produzir bens e serviços e distribuí-los para seu consumo entre os membros da sociedade.”* (Móchon e Troster, 2002) .
- 1.2. -*“A Economia é a ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem (escolhem) empregar recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, a fim de satisfazer as necessidades humanas.”* (Vasconcellos e Garcia, 2004).
- 1.3. O estudo de como as pessoas e a sociedade decide empregar seus recursos escassos, que poderiam ter suas utilizações em áreas alternativas, para produção de bens variados e serviços, para serem empregados de modo a satisfazer os membros de uma sociedade (Valdinei Garcia 2006).
- 1.4. No entanto, a atividade econômica para a satisfação de necessidades ocorreu em todas as épocas da história humana.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

2.- A História do pensamento Econômico Mundo

2.1. - A História do Pensamento Econômico é um estudo da herança deixada pelos que escreveram sobre assuntos econômicos no transcurso de muitos anos. Especulação do homem quanto ao seu meio: desde os tempos antigos. Desenvolvimento da Análise Econômica: de origem relativamente recente (a partir do século XVIII).

2.2. – Antes da Renascença (séculos XV e XVI): era quase impossível a emergência da Economia como campo específico de estudo, pois tudo era contra: a dominação do Estado e da Igreja, a força dos costumes e as crenças religiosas e filosóficas, a natureza e a amplitude limitada da atividade econômica.

2.3.- No entanto, a atividade econômica para a satisfação de necessidades ocorreu em todas as épocas da história humana

2.4.-Marco da economia moderna: 1776 – Adam Smith – “**A Riqueza das nações**” (mercados privados – mão invisível – livres do controle do governo; melhor política era a do *Laissez faire* – deixar fazer).

2.5. - 1936 J. M. Keynes – “**A Teoria Geral**” – “O governo tem o dever de criar empregos para os desempregados”.

2.0.- A História do pensamento Econômico Brasil

2.0.1.- 1ª fase: 1822 a 1930

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

Período de reduzida atividade industrial, dado a característica agrário-exportadora do país. Nessa fase, no entanto, ocorrem dois fatos que facilitam a industrialização futura: a Abolição da Escravatura e a entrada de imigrantes, que vão servir e mão-de-obra.

2.0.2.- 2ª fase: 1830 a 1956

O ano de 1930 é considerado por alguns autores como o da "Revolução Industrial" no Brasil. Efetivamente é o ano que marca o início da industrialização (processo através do qual a atividade industrial vai se tornar a mais importante do país) beneficiada pela Crise de 1929 e pela Revolução de 1930).

A Crise de 1929 determinou a decadência da cafeicultura e a transferência do capital para a indústria, o que associado a presença de mão-de-obra e mercado consumidor, vai justificar a concentração industrial no Sudeste, especificamente em São Paulo.

Esta fase, assim como a primeira, tem uma característica inicial de quase exclusividade de indústrias de bens de consumo não duráveis, definindo o período chamado de "Substituição de importações". No entanto, a ação do Estado começa a alterar o quadro, com o Governo Vargas criando as empresas estatais do setor de base, como a CSN (siderurgia), PETROBRÁS e a CVRD (mineração).

2.0.3.- 3ª fase: 1956 a 1989

Constitui o período de maior crescimento industrial do país em todos os tipos de indústria, tendo como base a aliança entre o capital estatal e o capital estrangeiro. O governo Juscelino Kubitschek dá início a chamada "Internacionalização da Economia", com a entrada de empresas transnacionais, notadamente do setor automotivo.

O processo iniciado por J.K. teve continuidade durante a Ditadura Militar (1964 a 1985), destacando-se o Governo Médici, período do "Milagre Brasileiro", que determinou crescimento econômico, mas também aumento da dívida externa e concentração de renda.

2.0.4.- 4ª fase: 1989 a 1994.

Esta fase iniciada no Governo Collor com continuidade até o Governo Fernando Henrique marca o avanço do Neoliberalismo no país, com sérias repercussões no setor secundário da economia.

O modelo neoliberal adotado determinou a privatização de quase todas as empresas estatais, tanto no setor produtivo, como as siderúrgicas e a CVRD, quanto no setor da infraestrutura e serviços, como o caso do sistema Telebrás.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

Além disso, os últimos anos marcaram a abertura do mercado brasileiro, com expressivas reduções na alíquota de Importação. Por outro lado, houve brutal aumento do desemprego, devido a falência de empresas e as inovações tecnológicas adotadas, com a utilização de máquinas e equipamentos industriais de última geração, necessários para aumentar a competitividade e resistir à concorrência internacional.

3. – Divisões de Economia

A Economia divide-se em: Economia descritiva, Teoria econômica , Economia Aplicada, economia Positiva e Economia Normativa :

3.1. - A economia pode ser definida assim: o estudo de como as pessoas e a sociedade decide empregar recursos escassos, que poderiam ter utilizações alternativas, para produzir bens variados.

Pode-se fazer a seguinte divisão no estudo econômico:.

3.1.1. - **Economia Descritiva:** estuda fatos particularizados, sem lançar mão da análise teórica. Ela utiliza, basicamente, dados empíricos e análise comparativa.

3.1.2.- **Teoria Econômica:** analisa, de forma, simplificada, o funcionamento de um sistema econômico, utilizando um conjunto de suposições e hipóteses acerca do mundo real, procurando obter as leis que o regulam. Ela divide-se em microeconomia e macroeconomia:

a). **Macroeconomia-** analisa o comportamento da economia como um todo, por meio de preços e quantidades absolutos. Faz parte dela os movimentos globais nos preços, na produção ou no emprego.

b) **Microeconomia-** estuda o comportamento de **cada** “econômica” do sistema, por meio de preços e quantidades relativas. Para molécula *exemplificar, pode-se citar a análise do funcionamento de empresas.*

3.1.3.- **Economia Aplicada:** utiliza a estrutura geral de análise fornecida pela Teoria Econômica, para explicar as causas e o sentido das ocorrências relatadas pela Economia Descritiva.

3.1.4.- **Economia Positiva:** ocupa-se da descrição de fatos, circunstâncias e relações econômicas. (argumentos positivos: “**ao que é**” (descrição da realidade).

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

Ex.: maior renda gera maior consumo; maior oferta, menor preço

3.1.5.- **Economia Normativa:** expressa julgamentos éticos e valorativos. As grandes divergências entre os economistas aparecem nas discussões de caráter normativo, como por exemplo o da dimensão do Estado e o poder dos sindicatos. Sofismas econômicos. (argumentos normativos: “ao que deve ser” (política econômica)- juízo de valor).

Ex.: mais desemprego, menos inflação; o preço da gasolina não deve subir.

4. - A Economia se relaciona com diferentes ramos das ciências, por exemplo.

4.1. - Biologia - idéias de crescimento e mudança, fluxo de renda e riqueza;

4.1.1. - Física: **noções** de estática e dinâmica (equilíbrio geral e parcial);

4.1.2. - Psicologia: comportamento racional dos agentes econômicos;

4.1.3.- História: fatos passados, reflexos no futuro;

4.1.4.- Estatística: amostragem, séries temporais;

4.1.5.- Matemática: formulação de teorias e modelos econômicos;

4.1.6.- Geografia: as relações econômicas ocorrem num espaço; mobilidade das pessoas, dos fatores de produção, dos bens e serviços;

4.1.7.- Sociologia: participação das classes sociais no produto global;

4.1.8.- Direito: aspectos jurídicos das políticas econômicas; contratos de trabalho, leis de salário mínimo, taxa de câmbio, etc.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

4.1.9.- Ciência Política: considera variáveis econômicas, sociais, jurídicas e políticas (regime democrático, ações do governo, estrutura partidária).

Lei da Escassez - Lei Científica e Leis econômicas- Problemas econômicos fundamentais

Lei da Escassez

Lei da Escassez é uma lei férrea e incontornável, que reflete a natureza limitada dos recursos disponíveis, e ilimitada dos desejos das pessoas.

Bens e serviços são escassos devido a limitada disponibilidade de **recursos**, junto com nossa **tecnologia** e habilidade gerencial.

A escassez submete os homens ao seu jugo desde sempre, levando-os a se organizarem e a estabelecerem entre relações a fim de enfrentá-la ou, melhor falando, conviver com ela atenuando-lhe o quanto possível a severidade.

Quando há escassez a sociedade deve decidir como alocar e usar estes recursos. Entre as opções estão: comércio, tradição, democracia comunitária, intervenção estatal e comando centralizado. É um das principais razões de ser da **economia**, pois cabe a ela estudar como melhor alocar os **recursos** limitados aos desejos ilimitados.

A escassez esta intimamente relacionada com a **Lei da oferta e da procura**.

A escassez, assim como várias premissas do pensamento econômico dominante, são questionadas por autores como **Hazel Henderson**. A escassez é refutada em vista da inesgotabilidade da capacidade humana de produzir inovações tecnológicas e da utilização de energias renováveis. Tal pressuposto é conveniente em particular para as teorias que priorizam a **concorrência**, a acumulação individual e a dominação.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

Escassez artificial

Escassez artificial é quando **direitos de propriedade intelectual** e contratos de licença, entre outros mecanismos, permitem que a produção de um item seja artificialmente diminuída, criando um **monopólio** e garantindo o retorno financeiro a empresa que o criou.

O maior exemplo na atualidade são os **softwares**, onde existe um grande custo para produzir a cópia "mestre", já as demais podem ser produzidas por um custo insignificante.

Escassez e Pobreza

A escassez é definida como limitação de recursos enquanto **pobreza** é a falta do mínimo de recursos para satisfazer as necessidades humanas.

LEIS CIENTÍFICAS E LEIS ECONÔMICAS

- Leis científicas: procuram, em geral, estabelecer relações de causa e efeito a partir de evidências do mundo real.

- Leis econômicas: a Economia baseia-se em evidências para estabelecer relações e leis econômicas, como é uma ciência social, não pode controlar estas evidências e incluir todas as variáveis possíveis em seus modelos. Assim, a economia não faz previsões com certeza matemática, mas indica probabilidades da ocorrência de eventos econômicos.

Ex.: $C = f(y)$ o consumo é função da renda

C – variável explicada

y – variável explicativa

Ceteres paribus: todas as demais variáveis permanecem constantes.

OS PROBLEMAS ECONÔMICOS FUNDAMENTAIS

A Economia é por definição a ciência da escassez. Escassez surge a partir das necessidades ilimitadas dos indivíduos e dos recursos econômicos limitados.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

Os problemas econômicos:

*** O que e quanto produzir?**

- a escolha do empreendedor depende do mercado e do acesso a tecnologia.

Ex.: produzir armas a medicamentos

- a escolha da sociedade está relacionada a opções de política econômica.

Ex.: mais usinas hidroelétricas, mais habitações populares, mais tratamento de água, etc.

*** Para quem produzir?**

- expectativa do lucro

- as empresas escolhem os consumidores que desejam abastecer com bens e serviços conforme a classe de renda.

Os recursos são limitados, como por exemplo, mão-de-obra especializada, matérias-primas, capital, terras férteis. As necessidades humanas são ilimitadas, assim a sociedade precisa decidir a composição dos bens e serviços que, em determinado período, serão produzidos e em que quantidades.

*** Como produzir?**

- envolve tecnologia nacional ou internacional (royalties)

- investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D)

- escolha das técnicas: manual (custo $K > L$) e mecanizado (custo $K < L$)

Lei da Oferta e da Procura –

.- A oferta e a procura atuam conjuntamente na determinação do preço e da quantidade em cada mercado.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

2º ponto:

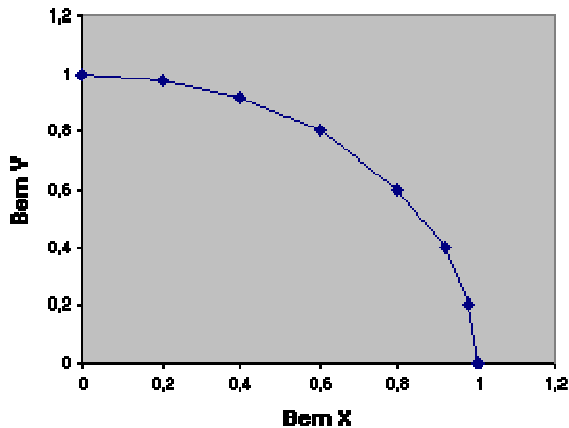
CURVAS DA ECONOMIA

1. - Curva das Possibilidades

1-1. Um bom instrumento usado para abordá-los é a chamada curva de possibilidades de produção. Apresentemo-la. Inicialmente é óbvio ver que a plena utilização dos recursos produtivos de uma economia é condição necessária para maximizar a satisfação das necessidades de uma sociedade. Quando esta plena utilização ocorre dizemos que há eficiência econômica na alocação de tais recursos²³. Como podemos ter diversas combinações de recursos nas quais ocorre essa eficiência, é possível representar graficamente tal situação, para um caso simples de apenas dois produtos sendo produzidos numa economia. É esta a chamada curva de possibilidade de produção. Para os leitores não familiarizados com a Economia, esta é uma forma que os economistas usam para apenas ilustrar a realidade.

SAPIENTIAJUS

Curva de possibilidades de produção



1.2. A concavidade da curva indica que, dadas as quantidades dos recursos, se a sociedade quiser aumentar sucessivamente a produção do bem X por exemplo, maior será a taxa de sacrifício (o custo de oportunidade) associada a tal intenção (isso em termos da produção do outro bem). Ou seja, para aumentos iguais e sucessivos de 50 unidades de X, por exemplo, teremos que renunciar a uma quantidade cada vez maior do bem Y. Veja o gráfico.

1.3. Em **economia**, a **curva de possibilidade de produção** (CPP) ilustra graficamente como a escassez de **fatores de produção** criam um limite para a capacidade produtiva de uma empresa, país ou sociedade.

Ela representa todas as possibilidades de produção que podem ser atingidas com os recursos e tecnologias existentes.

Em economias de mercado, descentralizadas, a escolha sobre as alternativas de produção, fica a cargo do **mercado**. Já em economias planificadas, centralizadas, o deslocamento na CPP é feito conforme decisão de quem a controla.

Devido a limitação de recursos, a produção total, de um país por exemplo, tem um limite máximo, uma produção potencial, que é representada por um ponto sobre a curva.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

Quando o ponto esta dentro da curva economia operando com capacidade ociosa ou desemprego de recursos (fatores de produção sub-utilizados). Quando o ponto esta fora da curva há uma situação impossível de utilização de mais recursos do que os disponíveis. Esse ponto somente será atingido com um aumento na CPP, que representará um acréscimo de **fatores de produção**, representando o desenvolvimento de uma sociedade.

2. - Curva de Procura

2.1. - baseia-se na utilidade de determinado produto para os consumidores. Quanto maior o preço, menor a quantidade procurada, e vice-versa:

Determinantes da procura: preço do produto, rendimento médio dos consumidores, dimensão do mercado, preço e disponibilidade de outros bens, gostos ou preferências

O deslocamento da curva de procura ocorre em função da alteração desses fatores.:

3. - Curva de Oferta

3.1. - baseia-se nos custos de produção de um bem ou serviço. É a relação entre os preços de mercado do produto e a quantidade que os produtores estão dispostos a oferecer. Quanto menor o preço, menor a quantidade de bens que os produtores vão querer vender:

Determinantes da oferta: Determinantes da oferta: custos de produção, monopólios, concorrências de outros bens, imprevistos metereológicos.

O deslocamento da curva de oferta ocorre em função da alteração desses fatores:

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

- O preço de equilíbrio verifica-se quando a quantidade procurada for igual à quantidade oferecida.

Observação: com frequência, confunde-se o deslocamento das curvas com o movimento ao longo das mesmas. Essa é a diferença entre o aumento da procura (deslocamento para a direita do gráfico) e o aumento da quantidade procurada (com o preço mais baixo, a quantidade demandada aumenta).

Por meio da lei da oferta e da procura, as questões de “o que, como e para quem” ficam parcialmente resolvidas. Isso se deve à interdependência de cada mercado em relação aos mercados de outros bens na estruturação do “sistema de equilíbrio geral de preços”. Enquanto o equilíbrio parcial observa o comportamento de cada mercado individualmente, o equilíbrio geral analisa os processos simultâneos e interdependentes dos diferentes mercados - esse último é uma espécie de “teia invisível”.

O modelo de “concorrência perfeita” é apenas idealizado, pois desconsidera diversos mecanismos da economia, como a existência de monopólios e de externalidades.

O sistema de mercado é em sua totalidade eficiente: as ações egoístas dos indivíduos são orientadas por uma “mão invisível” para um resultado final harmonioso.

“Eficiência de Pareto”: não é possível melhorar o bem-estar de uma pessoa sem piorar o de outra. A situação econômica revela eficiência se encontrar na fronteira das possibilidades de utilidade.

Restrições à “Mão Invisível”
- falhas no mercado: os preços não refletem os verdadeiros custos e as verdadeiras utilidades. Ex: monopólio e externalidades (efeitos colaterais da produção e do consumo são desconsiderados no mercado).

- repartição do rendimento e do consumo é arbitrária.
Dentro da realidade econômica imperfeita e interdependente, a intervenção dosada do Estado pode melhorar os resultados econômicos.

Fatores de produção

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

Em **economia**, **Recursos ou Fatores de Produção** são os elementos básicos utilizados na produção de bens e serviços, conforme definiu a Escola Clássica dos Economistas dos séculos XVIII e XIX.

A primeira escola científica da Economia, conhecida por **Fisiocratas**, elegeu a Terra como o único recurso responsável pela geração de riquezas. **Adam Smith** e seus seguidores se inspiraram nesses estudos mas buscaram aperfeiçoá-lo e preferiram partir de um conjunto de três recursos fundamentais:

- **Terra** – indica não só as terras cultiváveis e urbanas, mas também os recursos naturais.
- **Trabalho** – refere-se às faculdades físicas e intelectuais dos seres humanos que intervêm no processo produtivo.

- **Capital** – compreende as edificações, as fábricas, a maquinaria e os equipamentos.

Com o advento das grandes corporações, a **Organização** passou a ser considerada um quarto fator de produção, para fins de se explicar a acumulação de **Capital** ou aumento da Riqueza.

TEÓRIA DOS 5 M's

Sobre a Organização há muitas controvérsias. Em geral segue-se a escola americana, com fatores que **Chiavenato** chama de Recursos Administrativos, que formam a teoria conhecida como 5M's. São os seguintes:

- Recursos materiais ou físicos (tradicional Natureza), em inglês "**M**aterials and Machinery";
- Recursos financeiros (tradicional Capital), em inglês "**M**oney";
- Recursos humanos (tradicional Trabalho), em inglês "**M**an";

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

- Recursos mercadológicos, em inglês "Marketing";
- Recursos administrativos, em inglês "Management".

Assim, os recursos da Organização se dividem em [Administração](#) e [Marketing](#). Para concepções alternativas desse aspecto sobre Organização, vide [Aziendalismo](#) e [Capital intelectual](#)

ESTRUTURAS DE MERCADO

São modelos que captam aspectos de como os mercados estão organizados. Cada estrutura de mercado destaca aspectos essenciais da interação da oferta e da demanda, baseando-se em características observadas em mercados existentes. Em todas as estruturas clássicas os agentes são maximizadores de lucro.

Estruturas Clássicas Básicas: Monopólio e Concorrência Perfeita

Monopólio

Caso extremo de estrutura clássica básica. Situação de um mercado em que não existe concorrência na oferta. O setor é constituído de uma única firma, porque existe um único produtor que realiza toda a produção, ou seja, situação em que uma empresa domina sozinha a produção ou comércio de uma matéria-prima, produto ou serviço e que, por isso, pode estabelecer o preço à vontade. Nessa estrutura de mercado existe concorrência entre os consumidores. A firma produz um produto para o qual não existe substituto próximo. Há

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

presença de barreiras à entrada de novas firmas, ou seja, é necessário manter os concorrentes em potencial afastados. Estes obstáculos podem ser administrados pelo monopolista através de:

- a) Controle sobre o fornecimento da matéria prima;
- b) Barreiras legais como registros de patentes;
- c) Licenças e concessões governamentais e outros.

É importante ressaltar que, em muitas circunstâncias, é a estrutura mais apropriada para a produção de certos bens e serviços como nos monopólios governamentais (Correios, Loterias). A legislação da maioria dos países proíbe o monopólio, com exceção dos exercidos pelo Estado, geralmente em produtos e serviços estratégicos. O monopólio “puro” é uma construção teórica, porque, na prática, ele não existe.

Concorrência perfeita (competição pura)

Estrutura que tem por objetivo descrever o funcionamento equilibrado, ou ideal, servindo com base para o estudo de outras estruturas. Apesar de ser teórico, o estudo da concorrência perfeita é importante pelas inúmeras conseqüências derivadas de suas hipóteses, que condicionam o comportamento dos agentes econômicos em diferentes mercados. As hipóteses do modelo são:

- a) Existência de grande número de compradores e de vendedores atuando isoladamente, que se comparado ao tamanho do mercado, nenhum deles conseguem influenciar no preço. Assim, os preços dos produtos são fixados uniformemente no mercado;
- b) Os produtos são homogêneos, isto é, são substitutos perfeitos entre si; dessa forma não pode haver preços diferentes no mercado. Os compradores são indiferentes em relação as firmas (vendedores) no momento de adquirir o produto;

SAPIENTIAJUS

- c) Transparência de mercado, ou seja, existe completa informação e conhecimento sobre o preço do produto. Assim, nenhum vendedor colocará seu produto no mercado por um preço inferior ao do concorrente; da mesma forma, os consumidores não estariam dispostos a pagar um preço superior ao vigente.
- d) Livre mobilidade. A entrada e saída de firmas no mercado são totalmente livres, não havendo barreiras legais e econômicas. Isso permite que firmas menos eficientes saiam do mercado e que nele ingressem firmas mais eficientes.

Outras Estruturas Clássicas

Concorrência monopolista ou imperfeita (competição monopolista)

Embora apresente, como na concorrência perfeita, uma estrutura de mercado em que existe um número elevado de empresas, a concorrência imperfeita caracteriza-se pelo fato de que as empresas produzem produtos diferenciados, embora substitutos próximos. Por exemplo, diferentes marcas de sabonete, refrigerante, sabão em pó, etc. Trata-se, assim, de uma estrutura mais próxima da realidade que a concorrência perfeita.

A diferenciação de produtos pode dar-se por características físicas (composição química, potência etc.), pela embalagem, ou pelo esquema de promoção de vendas (propaganda, atendimento, brindes, etc.);

Nesta estrutura, cada empresa tem certo poder sobre a fixação de preços, no entanto a existência de substitutos próximos permite aos consumidores alternativas para fugirem de aumentos de preços.

Da mesma forma que na concorrência perfeita, prevalece a suposição de que não existem barreiras para a entrada de novas firmas no mercado.

Oligopólio

Estrutura de mercado caracterizada pela existência de um reduzido número de vendedores, produzindo produtos que são substitutos próximos entre si. Pode também ser caracterizado

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

como sendo uma indústria em que há grande número de firmas, mas somente poucas dominam o mercado. Um exemplo é a indústria de bebidas. Para acontecer o oligopólio são necessários os seguintes elementos:

a) Existência de poucas firmas. Pode ter duas, três, doze ou mais firmas, dependendo da natureza do mercado. Entretanto o número deve ser pequeno, de tal forma que as firmas levem em consideração e rejam nas decisões quanto ao preço e produção das outras.

A noção fundamental subjacente ao oligopólio é a da interdependência econômica, ou seja, as decisões sobre o preço e a produção de equilíbrio são interdependentes, porque a decisão de um vendedor influi no comportamento econômico dos outros vendedores.

b) Produto homogêneo ou diferenciado. Quando o oligopólio oferece produtos homogêneos (substitutos perfeitos entre si) ele é considerado Oligopólio “Puro” (indústria do cimento, aço etc). Caso contrário será considerado Oligopólio diferenciado (indústria automobilística e de fumo).

As firmas oligopolistas concorrem com base na qualidade, design do produto, serviço ao cliente, propaganda etc.

c) Presença de barreira para entrada de novas firmas. É exercida com o controle de matérias-primas, registro de patentes etc..

O modelo duopólio é caracterizado por apenas duas empresas produtoras ou vendedoras no mercado.

Monopsônio

Estrutura de mercado caracterizada pela existência de muitos vendedores e um único comprador que domina o mercado. É um a estrutura que pode prevalecer especialmente no mercado de trabalho. É o caso, por exemplo, da empresa que se instala em uma determinada cidade do interior e, por ser única, torna-se demandante exclusiva da mão-de-

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

obra local. Portanto, ou os trabalhadores empregam-se no monopsonio, ou precisam trabalhar em outra localidade.

Oligopsônio

Estrutura de mercado caracterizada pela existência de poucos compradores, que dominam o mercado, para muitos vendedores. Exemplo: O setor automobilístico comprando das inúmeras firmas de autopeças.

Monopólio bilateral

Nessa estrutura defrontam-se um monopolista e um monopsonista. Tipicamente, o monopolista deseja vender uma certa quantidade de produto por um preço, e o monopsonista pretende obter a mesma quantidade por um preço diferente daquele oferecido pelo monopolista.

Como ambas as posições são conflitantes, somente a negociação recíproca permite a definição do preço.

Modelos marginalistas de oligopólio

Cartel perfeito

Cartel: Estrutura caracterizada por uma organização formal ou informal de poucos vendedores dentro de determinado setor, que determina a política de preços para todas as empresas que o compõem.

O cartel perfeito nada mais é do que oligopolistas, reconhecendo a interdependência que têm entre si, procuram se unir e maximizar o lucro do cartel. A solução a que se chega é a de monopólio puro. De maneira geral, os cartéis são instáveis. Considerando que em geral operam com uma certa capacidade ociosa, o incentivo para que individualmente os membros tentem burlar os demais é grande.

Cartel imperfeito

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

É uma coalizão imperfeita, onde as empresas de um setor oligopolista decidem tacitamente (isto é, não é necessário um acordo formal) estabelecer o mesmo preço, aceitando a liderança de uma empresa da indústria. A líder (empresa que fixa o preço) pode tanto ser a firma de custo mais baixo, como também a maior firma do mercado. A firma líder fixa o preço e é seguida pelas demais. Todas maximizam o lucro reconhecendo a interdependência que têm entre si. Na hipótese da firma líder será a de custo mais baixo, entra em consideração a regulamentação antimonopólio (ela é obrigada a descartar a possibilidade de práticas predatórias de preço que levem seu concorrente à bancarrota).

Política Monetária

A Política Monetária representa a atuação das autoridades monetárias, por meio de instrumentos de efeito direto ou induzido, com o propósito de se controlar a liquidez global do sistema econômico.

A) Política Monetária Restritiva: engloba um conjunto de medidas que tendem a reduzir o crescimento da quantidade de moeda, e a encarecer os empréstimos. Instrumentos:

- **Recolhimento compulsório:** consiste na custódia, pelo Banco Central, de parcela dos depósitos recebidos do público pelos bancos comerciais. Esse instrumento é ativo, pois atua diretamente sobre o nível de reservas bancárias, reduzindo o efeito multiplicador e, conseqüentemente, a liquidez da economia.
- **Assistência Financeira de liquidez:** o Banco Central empresta dinheiro aos bancos comerciais, sob determinado prazo e taxa de pagamento. Quando esse prazo é reduzido e a taxa de juros do empréstimo é aumentada, a taxa de juros da própria economia aumenta, causando uma diminuição na liquidez.
- **Venda de Títulos públicos:** quando o Banco Central vende títulos públicos ele retira moeda da economia, que é trocada pelos títulos. Desta forma há uma contração dos meios de pagamento e da liquidez da economia.

B) política Monetária Expansiva: é formada por medidas que tendem a acelerar a quantidade de moeda e a baratear os empréstimos (baixar as taxas de juros). Incidirá positivamente sobre a demanda agregada. Instrumentos:

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

- **Diminuição do recolhimento compulsório:** o Banco Central diminui os valores que toma em custódia dos bancos comerciais, possibilitando um aumento do efeito multiplicador, e da liquidez da economia como um todo.
- **Assistência Financeira de Liquidez:** o Banco Central, ao emprestar dinheiro aos bancos comerciais, aumenta o prazo do pagamento e diminui a taxa de juros. Essas medidas ajudam a diminuir a taxa de juros da economia, e a aumentar a liquidez.
- **Compra de títulos públicos:** quando o Banco Central compra títulos públicos há uma expansão dos meios de pagamento, que é a moeda dada em troca dos títulos. Com isso, ocorre uma redução na taxa de juros e um aumento da liquidez.

INFLAÇÃO

Inflação

Aumento persistente de preços e que acaba por ocasionar perdas de poder aquisitivo para a população do País onde ocorre. É um fenômeno monetário perigoso, porque a elevação de um preço puxa a de outros, dando o pontapé inicial a uma bola de neve conhecida como hiperinflação. As causas são diversas, mas normalmente resultam ou da emissão sem lastro de moeda (quando o governo precisa de dinheiro para pagar suas dívidas sem que tenha ocorrido um aumento nas atividades econômicas), ou do reajuste no câmbio (quando o governo é obrigado a desvalorizar sua moeda em relação à outra mais forte, em geral o dólar). No Brasil há três índices básicos de inflação: o IPC (medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, a Fipe), o INPC (do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE) e o IGP (Índice Geral de Preços, calculado pela Fundação Getúlio Vargas)

Contexto inflacionário

Primeiramente, devemos analisar o real significado deste termo que é tão utilizado e supostamente conhecido. Tecnicamente podemos definir inflação como sendo "Uma taxa de variação relativa dos preços". Dentro deste contexto surge o termo indexação de uma determinada economia como forma de eliminar o efeito inflacionário do contexto econômico.

Tipos de Inflação

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

Existem basicamente em uma economia, três tipos distintos de inflação. Na verdade, geralmente, um desses três tipos é mais preponderante em uma determinada economia, entretanto, dificilmente existirá somente um tipo de inflação na economia. Os tipos de inflação também mantêm uma certa relação com a estrutura de mercado (oligopolista, monopolista, monopsonista, etc.) onde esteja ocorrendo. Os tipos de inflação se classificam portanto em:

INFLAÇÃO DE DEMANDA

A inflação de demanda é acarretada basicamente por uma certa defasagem entre a quantidade ofertada e a quantidade demandada, sendo esta última bem maior do que a primeira, causando dessa forma uma pressão nos preços em função de um certo patamar de demanda reprimida. Dentro deste contexto a inflação da moeda estreitamente relacionada com a inflação de demanda, pois quando o governo pratica a emissão de moeda (aumentando a base monetária) cria na população, a curto prazo, a idéia do aumento do poder aquisitivo.

Esse aumento entretanto é bastante ilusório pois a própria moeda quando chega na economia, já está com valor menor do que aquele que esta deveria representar. No entanto essa "riqueza" inesperada poderá efetivamente pressionar determinados segmentos de mercado que apresentam baixa elasticidade (baixa capacidade de absorver variações na demanda sem repassá-las para os preços dos produtos).

Um outro efeito também negativo associado à essa questão de elasticidade, se refere ao fato do empresário não ter capacidade de repassar para o produto um certo aumento de custo (impostos por exemplo) pois o seu segmento de mercado se apresenta extremamente inelástico. Neste caso a tendência no sentido de uma falência, infelizmente, é bastante forte.

INFLAÇÃO DE CUSTOS

Este tipo de inflação se caracteriza basicamente por uma majoração exógena de determinados componentes do produto, tais como matéria prima, salários, impostos, combustível, etc. Nestes casos o comportamento da demanda não é um fator muito determinante do preço final das mercadorias.

Geralmente a inflação de custos está bastante associada a estruturas de mercado oligopolizadas onde a disputa por segmentos de mercado não é feita através dos preços. Com uma significativa elevação dos custos de produção, os preços finais da mercadoria, conseqüentemente ficarão fixados num patamar mais elevado, independentemente do nível de demanda no segmento de mercado.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

Um ótimo exemplo deste tipo de inflação pode ser verificado no setor automobilístico, que é fortemente oligopolizado (formado por cartéis). Neste setor mesmo em períodos nos quais as vendas baixem significativamente, os preços não seguirão essa tendência.

O que muitas empresas ou particularmente revendedoras fazem para sobreviver durante determinadas crises é promover certas ofertas ou promoções, entretanto sem baixar os preços, que são consequência direta dos custos de fabricação, montagem, distribuição e comercialização. Obviamente, mesmo neste tipo de mercado oligopolizado, a questão da elasticidade deve ser considerada. Todo empresário trabalha com uma certa margem de lucro ou como também é denominada "mark-up". Esta margem de lucro pode representar nesses momentos de esfriamento do mercado uma importante "arma estratégica" para se manter no mercado.

Dessa forma a elasticidade do empresário em absorver a crise em seu setor está bastante associada à sua capacidade de reduzir sua margem de lucro sem comprometer sua sobrevivência empresarial. Tanto a determinação do percentual da margem de lucro como o quanto e quando reduzir, não devem ser arbitrados empiricamente.

INFLAÇÃO ESTRUTURAL

A inflação estrutural está estreitamente relacionada com a ineficiência de serviços fornecidos pela infra-estrutura de uma determinada economia. Essa ineficiência, obviamente eleva desnecessariamente os custos dos serviços prestados pelo governo, acarretando dessa maneira uma majoração dos custos de produção e em seguida o aumento dos preços das mercadorias no mercado.

Fica claro perceber que se as estradas de um determinado país estão em péssimo estado de conservação, conseqüentemente os custos de transporte e distribuição ficarão mais elevados. Se os portos são ineficientes, as exportações acabarão ficando mais caras e o produto ficará pouco competitivo no mercado internacional.

Assim como esses exemplos, uma série de outros podem ser dados como forma de explicar, embora não justificar, de que forma a infra-estrutura de uma economia ou mesmo de um segmento de mercado poderá influenciar o nível de inflação e a estrutura de preços das atividades desse setor. Geralmente em economias em desenvolvimento como é o caso do Brasil, onde o processo tecnológico ainda é dependente e muitas vezes obsoleto, isso evidentemente provoca elevação nos custos de produção, distribuição, comercialização, com consequência direta para a formação dos preços de mercado nas diversas instâncias do comércio.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

Obs: A inflação inercial não é mais um tipo de inflação e sim uma certa consequência "natural" de todo processo inflacionário. Esta inércia inflacionária pode ser entendida como se fosse um efeito de manutenção da taxa inflacionária. Entre todos os agentes de determinado segmento de mercado ou até mesmo da economia como um todo existe um efeito psicológico tendendo ao repasse das expectativas de inflação do momento para os preços de seu produtos. Isso provoca a manutenção da taxa de inflação em um determinado patamar ou até mesmo um crescimento acentuado tendendo para a hiperinflação.

Blocos Econômicos

Tipos de blocos econômicos,

O que são blocos econômicos

Blocos Econômicos são reuniões de países que têm como objetivo a integração econômica e/ou social. Podem ser classificados em quatro categorias distintas:

- Áreas ou Zonas de Livre Comércio
- Uniões Aduaneiras
- Mercados Comuns
- União Monetária

Tipos de blocos econômicos

Os blocos econômicos classificam-se em zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e união econômica e monetária.

- **Áreas ou Zonas de Livre Comércio**

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

Na zona de livre comércio, há redução ou a eliminação das taxas alfandegárias que incidem sobre a troca de mercadorias dentro do bloco.

- **Uniões Aduaneiras**

A união aduaneira, além de abrir mercados inteiros, regulamenta o comércio dos países-membros com nações externas ao bloco.

- **Mercados Comuns**

Já o mercado comum garante a livre circulação de pessoas, serviços e capitais.

- **União Monetária**

Uma total liberalização dos movimentos do capital,

A integração da banca e dos mercados financeiros dos países integrantes e

A eliminação das margens de flutuação mediante a fixação irrevogável das taxas de câmbio.

Comércio Exterior : transporte marítimo

Introdução

Com a economia mundial globalizada, a tendência comercial é a formação de blocos econômicos. Estes são criados com a finalidade de facilitar o comércio entre os países membros. Adotam redução ou isenção de impostos ou de tarifas alfandegárias e buscam soluções em comum para problemas comerciais.

Em tese, o comércio entre os países constituintes de um bloco econômico aumenta e gera crescimento econômico para os países. Geralmente estes blocos são formados por países vizinhos ou que possuam afinidades culturais ou comerciais. Esta é a nova tendência mundial, pois cada vez mais o comércio entre blocos econômicos cresce. Economistas afirmam que ficar de fora de um bloco econômico é viver isolado do mundo comercial.

Veremos abaixo uma relação dos principais blocos econômicos da atualidade e suas características.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

ALCA - A Área de Livre Comércio das Américas (Alca) surge em 1994 com o objetivo de eliminar as barreiras alfandegárias entre os 34 países americanos, exceto Cuba. O prazo mínimo para sua formação é de sete anos, quando poderá transformar-se em um dos maiores blocos comerciais do mundo. Com um produto interno bruto (PIB) total de 9,7 trilhões de dólares (1,2 trilhão a mais que a UE), os países da Alca somam uma população de 783,6 milhões de habitantes, o dobro da registrada na UE. Os Estados Unidos (EUA) propõem a implementação imediata de acordos parciais, com abertura total do mercado em 2005. Já o Brasil e o Mercosul prevêem grande dificuldade na adaptação de suas economias a essa integração e preferem dar início ao processo em 2005.

Dificuldades de Implementação

Os Estados Unidos estão na liderança da implementação da Alca, por se tratar da maior economia da América. Interessados na abertura total dos mercados, encontram resistências de países em desenvolvimento, temerosos da implantação da Alca. Este medo vem justamente de fraquezas econômicas e pouco desenvolvimento em áreas industriais. Uma abertura geral poderia provocar a ruína de parques industriais nestes países. O Brasil tem defendido a idéia de uma abertura gradual e de negociações feitas em blocos. Desta forma, o Brasil ganharia mais força para negociar com os Estados Unidos.

Muitos países em desenvolvimento da América Central e do Sul precisariam de investimentos bilionários em infra-estrutura para que suas economias suportem a entrada num mercado econômico do porte da Alca. Setores como o de transportes, telecomunicações, energia, água, portos e aviação devem ser reestruturados.

Também existem barreiras internas nos Estados Unidos, pois em 1997 o então presidente Bill Clinton, não conseguiu aprovar no Congresso o chamado fast track, que seria a via rápida para a implementação da Alca. Muitos sindicatos patronais e de trabalhadores, resistem a idéia da Alca por temerem a concorrência de produtos estrangeiros. Os trabalhadores, por exemplo, temem o desemprego com o funcionamento Alca.

APEC - A Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (Apec) é um bloco econômico formado para promover a abertura de mercado entre 20 países e Hong Kong (China), que respondem por cerca de metade do PIB e 40% do comércio mundial. Oficializada em 1993, pretende estabelecer a livre troca de mercadorias entre todos os países do grupo até 2020.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

Membros - Austrália, Brunei, Canadá, Indonésia, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas Cingapura, Coréia do Sul, Tailândia, EUA (1989); China, Hong Kong (China), Taiwan (Formosa) (1991); México, Papua Nova Guiné (1993); Chile (1994); Peru, Federação Russa, Vietnã (1998).

ASEAN - A Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean) surge em 1967, na Tailândia, com o objetivo de assegurar a estabilidade política e de acelerar o processo de desenvolvimento da região. Hoje, o bloco representa um mercado de 510 milhões de pessoas e um PIB de 725,3 bilhões de dólares. A eliminação das barreiras econômicas e alfandegárias entrará em vigor no ano 2002. Em 1999, a Asean admite como membro o Camboja.

Membros - Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura, Tailândia(1967); Brunei (1984); Vietnã (1995); Miramar, Laos (1997); Camboja (1999).

CARICOM - O Mercado Comum e Comunidade do Caribe (Caricom), criado em 1973, é um bloco de cooperação econômica e política formado por 14 países e quatro territórios. Em 1998, Cuba foi admitida como observadora. O bloco marca para 1999 o início do livre comércio entre seus integrantes.

Membros - Barbados, Guiana, Jamaica, Trinidad e Tobago (1973); Antígua e barbuda, Belize, Dominica, Granada, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Névis (1974); Suriname (1995); Bahamas torna-se membro em 1983, mas não participa do mercado comum. O Haiti é admitido em julho de 1997, porém suas condições de acesso ainda não foram concluídas. Territórios: Montserrat (1974); ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Turks e Caicos (1991); Anguilla (1999).

CEI - A Comunidade dos estados Independentes (CEI) é uma organização criada em 1991 que reúne 12 das 15 repúblicas que formavam a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Ficam de fora apenas três países bálticos: Estônia, Letônia e Lituânia. Organiza-se em uma confederação de Estados, que preserva a soberania de cada um. A comunidade prevê a centralização das Forças Armadas e o uso de uma moeda comum: o rublo.

Membros - Armênia, Belarus, Cazaquistão, Federação Russa, Moldávia, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia, Uzbequistão (1991); Georgia, Azerbaijão (1993).

MERCOSUL - Criado em 1991, o mercado Comum do Sul (Mercosul) é composto de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, nações sul-americanas que adotam políticas de integração econômica e aduaneira. A origem do Mercosul está nos acordos comerciais entre Brasil e Argentina elaborados em meados dos anos 80. No início da década de 90, o ingresso do Paraguai e do Uruguai torna a proposta de integração mais abrangente. Em 1995, instala-se uma zona de livre comércio. Cerca de 90% das mercadorias fabricadas nos países -membros podem ser comercializadas internamente sem tarifas de importação. Alguns setores, porém, mantêm barreiras tarifárias temporárias, que deverão ser reduzidas

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

gradualmente. Além da extinção de tarifas internas, o bloco estipula a união aduaneira, com a padronização das tarifas externas para diversos itens. Com uma área total de quase 12 milhões de km², O Mercosul cuja estrutura física e administrativa esta sediada em Montevidéu, tem um mercado potencial de 220 milhões de consumidores e um PIB de 1,1 trilhão de dólares. Se considerarmos que, no decorrer do século 21, a água será um elemento estratégico essencial, é importante destacar que dentro do Mercosul estão as duas maiores bacias hidrográficas do planeta: a do Prata e a da Amazônia. Em 3 de julho de 2006. A Venezuela fará parte do Mercosul oficialmente a partir de amanhã, quando haverá uma reunião em Caracas para formalizar a adesão, com a presença dos presidentes dos quatro países membros: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. O bloco passará a ter 250 milhões de habitantes, área de 12,7 milhões de quilômetros quadrados e um produto interno bruto (PIB) de US\$ 1 trilhão, 76% do total da América do Sul.

NAFTA - O Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) é um instrumento de integração das economias dos EUA, do Canadá e do México, Iniciado em 1988 por norte-americanos e canadenses, o bloco recebe a adesão dos mexicanos em 1993. Com ele, consolida-se o intenso comércio regional da América do Norte. O Nafta entra em vigor em janeiro de 1994, com um prazo de 15 anos para a total eliminação das barreiras alfandegárias entre os três países. Membros: Canadá, EUA e México.

CAFTA-DR - Central American Free Trade Agreement- Dominican Republic - O Congresso norte-americano aprovou o Cafta-DR (Acordo de Livre Comércio da América Central e República Dominicana) por 217 a 215 votos, na madrugada desta quinta-feira (28/07/2005).

O projeto vem sendo tratado como alternativa dos países desenvolvidos à Alca (Área de Livre Comércio das Américas), cujas negociações estão emperradas. Apesar de o Brasil não participar diretamente do acordo, a aprovação do tratado pode beneficiar o país, pois o açúcar brasileiro ganharia competitividade com a eventual eliminação de cotas de importação ao produto nos EUA. O Cafta envolve, além dos EUA, Costa Rica, El Salvador, Nicarágua, Honduras, Guatemala e República Dominicana. (Folha de São Paulo - 28/07/2005)

PACTO ANDINO - Bloco econômico instituído em 1969 pelo Acordo de Cartagena - seu nome oficial - com o objetivo de aumentar a integração comercial, política e econômica entre seus países-membros. Também é conhecido como Grupo ou Comunidade Andina. Membros: Bolívia, Colômbia, Equador e Peru (1969); Venezuela (1973). O Chile sai em 1976. O Panamá participa como observador.

SADC - A Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento (SADC) é estabelecida em 1992 para incentivar as relações comerciais entre seus 14 países-membros, com o objetivo de criar um mercado comum e também promover esforços para estabelecer a paz e Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

a segurança na conturbada região. Há planos de adotar uma moeda comum em 2000. Membros: Angola, África do Sul, Botsuana, Lesoto, Malauí, Maurício, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

UNIÃO EUROPÉIA - Originada da CEE, a União Européia é o segundo maior bloco econômico do mundo em termos de PIB: 8 trilhões de dólares. Formado por 15 países da Europa Ocidental, conta com uma população de 374 milhões. Em 1992 é consolidado o Mercado Comum Europeu, com a eliminação das barreiras alfandegárias entre os países-membros. Aprovado em 1991, em Maastricht (Holanda) o Tratado da União Européia entra em vigor em 1993. É composto de dois outros - o da União Política e o da União Monetária e Econômica, que estabelece a criação de uma moeda única. No âmbito social são definidos quatro direitos básicos dos cidadãos da União Européia: livre circulação, assistência previdenciária, igualdade entre homens e mulheres e melhores condições de trabalho.

Desde 2002, circulam as notas de Euro em todos os países da União Européia, com poder legal para efetuar quaisquer pagamentos, e as moedas nacionais foram extintas.

Com o euro, uma moeda européia forte lastreada em economias poderosas passa a competir com o dólar norte-americano no mercado internacional. Porém, o elevado desemprego na Europa, a desaceleração econômica da Alemanha, a guerra em Kosovo, e o aquecimento da economia norte-americana fazem o euro despencar, de janeiro a junho, quase 12% em relação ao dólar. Em meados de junho, a moeda se recupera.

Três países - Reino Unido, Suécia e Dinamarca não aderem a essa primeira fase do euro, apesar de terem cumprido as exigências, por temer as conseqüências da perda de soberania que representa o fim da emissão de sua moeda própria. A Grécia não preenche as condições exigidas até março de 1998 e tem sua participação adiada. A União Européia negocia com outros 11 países protocolos de adesão ao bloco. Polônia, Hungria, Eslovênia, Estônia e Chipre podem ser admitidos a partir de janeiro de 2003, pois a situação de suas economias é considerada satisfatória. A República Tcheca, que anteriormente fazia parte dessa lista, deve antes melhorar a convivência com os ciganos: em 1999, uma cidade tcheca construiu um muro para mantê-los a distância, fato considerado inadmissível pela União Européia. Em 1997, a Turquia teve seu pedido de entrada recusado por desrespeito aos direitos humanos e à democracia. Em 2000 iniciam-se as negociações com Letônia, Lituânia, Eslováquia, Bulgária, Romênia e Malta.

O dia 1º de maio de 2004, é um marco histórico na consolidação da União Européia, neste dia a UE recebe a adesão de dez novos membros, passando a ter na sua composição 25

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

países, sendo que a maioria destes países são socialistas, que foram fortemente influenciados pela antiga e extinta União Soviética.

Membros: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda (Países Baixos), Portugal, Reino Unido e Suécia e a partir de maio de 2004, passa contar com oito países do leste europeu, Lituânia, Letônia, Polônia, República Tcheca, Eslováquia, Hungria e Eslovênia e duas ilhas mediterrâneas, Chipre e Malta. Com essa nova configuração a União Européia passa a contar com uma população de 450 milhões de pessoas, 20 línguas oficiais, o PIB (Produto Interno Bruto) em 2004 de aproximadamente 12,6 trilhões de dólares, superior ao PIB americano (11,5 trilhões de dólares)

Em junho de 2004 a União Européia realiza a maior eleição de sua história, onde são escolhidos 732 deputados, representantes no Parlamento Europeu, que é uma instituição da União Européia.

Um caminho inevitável

Com a globalização da economia mundial, a formação de blocos econômicos é inevitável para as economias dos países. Estes blocos proporcionam redução nas tarifas alfandegárias, facilitam a circulação de mercadorias e pessoas, além de fomentar o desenvolvimento de infra-estrutura nos países participantes. Porém, o ideal é que estes blocos funcionem de tal forma que todos os países ganhem com este processo. No futuro, economistas dizem que as relações comerciais não mais acontecerão entre países, mas sim entre blocos econômicos. Ficar fora deles não será a via mais inteligente para países que pretendem o crescimento industrial, melhorias sociais e aumento do nível de empregos.

3º ponto:

O Mercantilismo

- 1- - Conseqüência da ampliação de horizontes econômicos propiciada pelos descobrimentos marítimos do século XVI, o mercantilismo, apesar de apresentar variantes de país para país, esteve sempre associado ao projeto de um estado monárquico poderoso, capaz de se impor entre as nações européias.
- 2- - **Mercantilismo** é a teoria e prática econômica que defendiam, do século XVI a meados do XVII, o fortalecimento do estado por meio da posse de metais preciosos, do controle governamental da economia e da expansão comercial. Os principais promotores do mercantilismo, como Thomas Mun na Grã-Bretanha, Jean-Baptiste

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

Colbert na França e Antonio Serra na Itália, nunca empregaram esse termo. Sua divulgação coube ao maior crítico do sistema, o escocês Adam Smith, em *The Wealth of Nations* (1776; A riqueza das nações).

- 3- Para a consecução dos objetivos mercantilistas, todos os outros interesses deviam ser relegados ao segundo plano: a economia local tinha que se transformar em nacional e o lucro individual desaparecer quando assim conviesse ao fortalecimento do poder nacional. A teoria foi exposta de maneira dispersa em numerosos folhetos, meio de comunicação então preferido pelos preconizadores de uma doutrina.
- 4- Programa da política mercantilista. Alcançar a abundância de moeda era, efetivamente, um dos objetivos básicos dos mercantilistas, já que, segundo estes, a força do estado dependia de suas reservas monetárias. Se uma nação não dispunha de minas, tinha de buscar o ouro necessário em suas colônias ou, caso não as tivesse, adquiri-lo por meio do comércio, o que exigia um saldo favorável da balança comercial -- ou seja, que o valor das exportações fosse superior ao das importações.
- 5- Para obter uma produção suficiente, deviam ser utilizados hábil e eficazmente todos os recursos produtivos do país, em especial o fator trabalho. Toda nação forte precisava possuir uma grande população que fornecesse trabalhadores e soldados, e ao mesmo tempo o mercado correspondente. As possessões coloniais deveriam fornecer metais preciosos e matérias-primas para alimentar a manufatura nacional, ao mesmo tempo em que constituíssem mercados consumidores dos produtos manufaturados da metrópole. Proibiam-se as atividades manufatureiras nas colônias, e o comércio, em regime de monopólio, era reservado à metrópole.
- 6- Em território nacional, o mercantilismo preconizou o desaparecimento das alfândegas interiores, a supressão ou redução dos entraves à produção forçados pelas corporações de ofício, o emprego de sistemas de contabilidade e acompanhamento das contas de receitas e despesas do estado, a troca de funcionários corruptos ou negligentes por outros honestos e competentes, a criação de uma fiscalização centralizada e a adoção de leis que desestimulassem a importação de bens improdutivos e de grande valor.
- 7- Avaliação do mercantilismo. A crítica mais abrangente do mercantilismo foi movida por Adam Smith, que denunciou a falsa identificação, feita por muitos teóricos dessa corrente econômica, entre dinheiro e riqueza. Com efeito, o forte protecionismo alfandegário e comercial, e a subordinação da economia das colônias à da metrópole, não tinham como fim último o desenvolvimento da manufatura nacional mas, como foi assinalado, a maior acumulação possível de metais nobres.
- 8- A economia clássica posterior, cujo principal representante foi Smith, preconizou, ao contrário, a livre atividade comercial e manufatureira em qualquer território -- colônia ou metrópole --, já que, segundo seus princípios, a riqueza não se identificava com o simples acúmulo de reservas monetárias, mas com a própria produção de bens. No século XX, porém, o economista britânico John Maynard Keynes retomou formulações

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

do mercantilismo e afirmou a existência de similitudes entre sua própria teoria do processo econômico e a teoria mercantilista.

- 9- Independentemente das diversas análises econômicas a que foi submetido, o mercantilismo foi o instrumento que assegurou as condições econômicas e financeiras necessárias a garantir a expansão dos estados absolutistas europeus. Entre os representantes do mercantilismo distinguiu-se o francês Jean-Baptiste Colbert, ministro da Fazenda de Luís XIV, de tal importância que seu nome serviu para se cunhar o termo por que é conhecida a variante francesa do mercantilismo, o colbertismo.
- 10- Na Grã-Bretanha, além de Thomas Mun, sustentaram a mesma orientação James Steuart e Josiah Child, assim como na França Jean Bodin e Antoine de Montchrestien. Em Portugal, as primeiras reformas do marquês de Pombal revelam sua filiação à teoria mercantilista.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

4º ponto:

Fisiocracia

1.- A concepção natural de excedente

Conforme esta tradição apenas efetua trocas o homem que dispõe de produtos “superfluos” (excesso sobre a subsistência), por meio dos quais virá a obter o que melhor lhe convier.

Produção de subsistência significa pobreza homogênea; todos têm apenas o suficiente

O excesso de produção agrícola sobre as necessidades imediatas é que permitirá o desenvolvimento do comércio, a existência de artesãos e a organização governamental.

É sempre excesso de bens em relação a subsistência, que assume a forma derivada de rendimento e (indiretamente) de tributos.

Toda população viveria, em última análise, de produto agrícola apropriando-se dele em proporção variada, conforme sua posição na produção e nas relações de propriedade.

Os proprietários e o soberano apropriar-se-iam de rendas fundiárias ou de renda fiscal;

Os empresários viveriam do que Cantillon denominou “rendas incertas”;

os assalariados, de “renda certa”, estabelecida pelo custo de subsistência, ou por algo aproximado a preço de oferta da força de trabalho (abarcando o custo de reprodução da mão-de-obra e outros fatores) diretos e indiretos de subsistência. Se subsistência é consumo de produtos agrícolas, o excedente é excesso de produção agrícola sobre insumos e subsistência.

Finalmente, a teoria agrícola do excedente assenta-se na suposição de que apenas o trabalho agrícola é produtivo, no sentido de ser capaz de gerar excedente sobre os custos.

SAPIENTIAJUS

2- Trabalho não agrícola = estéril

Introdução:

(..) o valor do produto manufaturado a custo de matérias-primas mais custo de remuneração do trabalho, seu preço final corresponderá necessariamente ao que foi insumido no processo. Em suma, o valor de produtos não-agrícolas equivale meramente às “despesas em encargos” (...)

Quadro Econômico

Classes produtivas seriam aquelas cujos gastos fossem reproduzidos, por se beneficiarem de uma capacidade ativa da natureza.

Classes estéreis seriam aquelas cujos gastos transformam a matéria, mas não reproduzem

Os fisiocratas preocupavam-se, notadamente, com o preço dos produtos agrícolas, que determinariam os rendimentos dos produtores e dos proprietários. Daí a atenção conferida à liberdade comercial e à organização do sistema tributário. O livre comércio sustentaria os preços; os tributos adequados seriam aqueles que não deprimissem a renda dos produtores e, em consequência, sua capacidade de efetuar adiantamentos.

O objetivo do movimento fisiocrático é o livre comércio, admitindo-se que o preço de mercado livre é o da ordem natural. Nesta medida, tornam-se secundárias preocupações adicionais; parece suficiente admitir que o preço natural será aquele determinado pela concorrência.

3- Classes Sociais

Proprietários de terra

inclue o soberano, os donos das terras e os cobradores dos dizimos. Esta classe subsiste pelo rendimento ou produto líquido que lhe é pago anualmente pela classe produtiva, depois que esta classe retirou antecipadamente da produção que ela faz renascer cada ano as riquezas necessárias para manter as suas riquezas de exploração

Classe produtiva (arrendatários de terra)

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

segundo os fisiocratas, é a classe que faz renascer pelo cultivo da terra, as riquezas anuais da nação, que realiza os adiantamentos das empresas dos trabalhos da agricultura e que paga anualmente os rendimentos dos proprietários da terra. Encerram-se na dependência desta classe todos os trabalhos e todas as despesas feitas até a venda das produções em primeira mão, é por esta venda que se conhece o valor da produção anual das riquezas da nação

Classe estéril

Para os fisiocratas é estéril porque não produz excedente

É formada pelos cidadãos ocupados em outros serviços e trabalhos que não sejam os da agricultura, e suas despesas são pagas pela classe produtiva e pela classe dos proprietários, que retira, por sua vez, os seus rendimentos da classe produtiva

Esta classe sobrevive dos gastos das duas classes anteriores

4- Os equívocos dos Fisiocratas

O grande erro consiste em pensar que a Economia Política trata das riquezas, entendendo estas apenas como os bens materiais (por isso a única classe produtiva esta ligada à Agricultura, pois esta "criar" bens materiais).

Por esta razão a Agricultura é considerada fecunda e a Indústria não, mas a Economia Política deve estudar os produtos visto que estes tem valor.

O Quadro Econômico de Quesnay(QEQ) trata da formação, circulação e distribuição dos valores, mas contudo não explicar o que é o valor.

O Quadro Econômico de Quesnay(QEQ) trata da formação, circulação e distribuição dos valores, mas contudo não explicar o que é o valor.

à que dar o mérito a Quesnay e ao seu quadro, pois esta é a primeira tentativa que foi feita para quantificar a vida Econômica

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

Um exemplo do quadro Econômico de Quesnay:

	Agricu	Propr.	Artesa.	Tot.
Agricult.	2	1	2	5
Propriet.	2	0	0	2
Artesanato	1	1	0	2
Total	5	2	2	9

Já na horizontal lêem-se as vendas, por exemplo, os proprietários(arrendatários) apenas vendem à agricultura a terra onde produzem, já a Agricultura vende 2 a ela mesma, vende 1 aos Proprietários e venda 2 ao Artesanato, por isso é que é Produtiva.

Na Vertical lê se as compras, por exemplo a agricultura, compra 2 ao mesmo sector, 2 aos proprietários (a renda da terra) e 1 ao artesanato (por exemplo meios de produção).

Mais tarde este quadro será desenvolvido, com o aumento do número de sectores e a inserção de novas variáveis económicas como o valor das exportações, das importações, das variações de existências, da FBCF, etc.,.

Em conclusão, a Fisiocracia foi mais uma contribuição para a gestação do moderno pensamento Económico. A sua principal ideia foi o cada vez maior valor que se dá à terra (cometendo o exagero de pensar que só os produtos retirados da terra é que proporcionam riqueza) e Quesnay, como bom Fisiocrata veio desenvolver essas teorias, criando o Quadro que alerta para a circulação do Capital nos sectores da Economia.

5º ponto:

A Crítica Utilitarista

A Pesppectiva Utilitária

1.- Uma grande parte da economia de beneficência é orientada pela visão utilitária da prosperidade, uma visão que dominou as bases da teoria económica não-clássica e os debates sobre filosofia moral. Nos fundamentos de sua estrutura, o utilitarismo encara um indivíduo como a expressão da utilidade, da satisfação, do prazer, da felicidade ou do desejo de realização. Quando se chega a uma ação, seja ao consumo de um certo bem, a uma

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

contribuição à caridade, à votação em algum candidato, se a gente vai ter filhos e, em caso afirmativo, quantos. Se isto aumenta a felicidade e a satisfação e, numa só palavra, a utilidade. Em sua essência, a utilidade se torna a medida da realização do nosso desejo, o denominador comum de tudo que queremos. A perspectiva utilitária parece ser muito persuasiva na definição da prosperidade da humanidade. Afinal, como é que se poderia considerar próspera uma sociedade se os membros de tal sociedade não estão felizes ou não têm os seus desejos atendidos dentro de uma perspectiva utilitária? Utilitarismo não pode prover uma base consistente e coerente para a prosperidade.

2.- É possível que certos indivíduos possam preferir alguma soma de dor ou de miséria no seu caminho para metas mais elevadas, alguma coisa de valor que está acima e além de prazeres e desejos imediatos. Há muitos exemplos de sofrimentos pessoais na luta por algum objetivo mais alto: o estudante que passa noites em claro no seu esforço para fazer um exame crítico; o pesquisador, o artista, o atleta, todos eles renunciando a um prazer passageiro e um conforto para conquistar uma meta duradoura. Uma pessoa pode aumentar sua utilidade geral ao suportar uma inutilidade transitória e trocá-la assim por uma prosperidade global mais definitiva. O utilitarismo não oferece um mecanismo pelo qual nós possamos estabelecer uma diferença entre o conjunto de ações que conduzem à prosperidade e aqueles que não conduzem.

3.- Se nós aderimos à paz, é porque ela promove o bem-estar social. Se declaramos alguma guerra, isto também possivelmente acontece, porque com guerra chegamos a uma maior utilidade para preservar a nossa segurança nacional, do que com negociações ou alguma rendição ao oponente. Neste cenário, qualquer ação é potencialmente justificável quando se baseia no aumento de utilidade para as partes envolvidas.

As idéias de Adam Smith foram alvo de críticas, sendo de destacar o papel da Crítica Utilitarista. De fato esta vai contrariar a teoria de Adam Smith.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

TEORIAS

Condillac

Condillac apresenta uma teoria do Valor fundada na utilidade, contrariamente aos economistas clássicos que o fundavam no Trabalho. Condillac sugere que o valor das coisas advém da utilidade, o que torna um bem escasso é a dificuldade em produzi-lo.

Portanto como o nome indica, a grande contribuição da crítica Utilitarista foi exatamente o fundar o valor na sua utilidade.

Contudo um grande problema se levanta. Como medir esta utilidade.

Jeremy Bentham

Bentham sugeriu uma forma de quantificar a utilidade em 7 critérios:

Intensidade, Duração, Certeza, Proximidade, Fecundidade, Pureza, Extensão.

Jean Baptiste Say

Say recusa-se a acreditar que a Produção deva analisar-se como o processo pelo qual o homem prepara o objeto para o consumo.

Segundo **Say** a Produção realiza-se através do concurso de 3 elementos, a saber: O Trabalho, O Capital e os agentes Naturais (Por Agentes Naturais entenda-se a Terra, etc).

Tal como Smith, considera o Mercado essencial.

Esta faceta é facilmente verificada quando Say afirma que os salários, os lucros e as rendas são Preços de Serviços, sendo determinados pelo jogo da oferta e da procura no Mercado desses fatores.

Say acredita, contrariamente a Adam Smith, que não há distinção entre trabalho produtivo e Trabalho não Produtivo.

“Recorde-se que Adam Smith defendia que o Trabalho Produtivo era aquele que era executado com vista à fabricação de um objeto material, já Say defende “todos aqueles que fornecem uma verdadeira utilidade em troca dos seus salários» são Produtivos”

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

Política fiscal

Tudo que o governo gasta ou arrecada, faz parte da política fiscal.

Quando falamos de política fiscal, estamos nos referindo a arrecadações e gastos do governo. Enquanto, a política monetária é de competência do Banco Central, o responsável pela política fiscal é o Congresso Nacional, que aprova os orçamentos do governo.

Conceitos de política fiscal:

Resultado primário (déficit/superávit) – Número que revela se os gastos administrados pelo presidente, governadores e prefeitos estão de fato dentro do limite das suas receitas. Nesta conta não entram o pagamento de juros da dívida. Na realidade, o resultado primário é a diferença entre tudo o que o governo arrecada e o que gasta. Atualmente, o governo federal tem um compromisso com o FMI de manter um superávit primário na casa dos 3,5% para este ano.

Resultado nominal (déficit/superávit) – Resultado primário + encargos dos juros da dívida nos três níveis.
Dívida líquida do setor público – Soma dos compromissos menos os recursos que prefeitura, estados, união e suas estatais têm a receber junto aos bancos, organismos internacionais e outras entidades. A dívida líquida reflete tudo que os três níveis de governo devem, menos o que têm a receber.

- **Déficit** ou **Défice** é um termo contabilístico de origem latina, que se caracteriza por um saldo negativo resultante de, em um orçamento, ter mais gastos, ou despesas do que ganhos, ou receitas. Tal orçamento é chamado de *deficitário*. Corresponde ao prejuízo em balanços de empresas não econômicas ou "sem fins lucrativos".
- **Déficit** em conta corrente, numa balança comercial, de transferências ou, balança de serviços, é o resultado negativo observado no indicador chamado de déficit em transações correntes, especificamente, significa o dinheiro remetido ao exterior por residentes ou empresas de outros países cuja remessa de capital supera ao investimento, causando um desequilíbrio orçamentário e fiscal.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

CITAÇÃO

- Segundo Keynes em política econômica, em períodos de depressão monetária, é necessário criar um déficit sistemático no orçamento para estimular a economia, e aumentar a taxa tributária em períodos de prosperidade para acumular poupança, desta forma são criados recursos que são aproveitados em investimentos futuros, ou seja, forçar o orçamento de tal forma, que irá manter a economia oscilando, ora para cima, ora para baixo

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE

Cuidados com o meio-ambiente estimulam a economia

Uma das maiores críticas à adoção de medidas que visam a redução do aquecimento global vem daqueles que acreditam que tais medidas atrapalhariam o crescimento econômico. A idéia por trás desse argumento é que se trata de ações restritivas sobre as empresas, o que causaria desemprego e queda na taxa de crescimento da economia.

Agora, um estudo feito em conjunto por dezenas de especialistas, na Universidade da Califórnia, Estados Unidos, mostra justamente o contrário. O estado da Califórnia possui uma das mais rigorosas legislações sobre o meio-ambiente, que pretendem, entre outros, chegar ao ano de 2020 com os mesmos níveis de emissão de gases que causam o efeito estufa apresentados no ano de 1990.

Embora tenha sido feito para a situação específica do estado da Califórnia, o estudo é altamente relevante, já que aquele é um dos estados mais avançados dos Estados Unidos e, sozinho, teve um produto interno bruto de US\$1,5 trilhão de dólares em 2004, cerca de três vezes o PIB de todo o Brasil.

"Nosso estudo mostrou que a adoção de medidas para a redução do aquecimento global na Califórnia é bom para a economia da Califórnia," disse o economista Michael Hanemann da Universidade de Berkeley e um dos autores da pesquisa.

Os cientistas concluíram que a economia do estado terá um acréscimo de 20.000 empregos e um crescimento do produto interno bruto de US\$60 bilhões. Isso apenas como resultado direto das medidas de redução da emissão de gases poluentes. Sem contar que, no atual estágio, eles analisaram apenas oito das medidas adotadas pelo governo.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

"As estratégias de proteção climáticas beneficiam economicamente a Califórnia porque a inovação e a eficiência diminuem custos para seus consumidores, que redirecionam seus gastos de forma a estimular o crescimento do emprego," explica David Roland-Holst, outro participante do estudo.

ROTEIRO

Disciplina:

Economia

2ª parte

Economia Clássica –

Economia Clássica - Parte I

Lembrete: Nesta segunda parte do nosso estudo na ciência econômica com a visão ao estudo do Direito, mas, com fim básico de convidá-los a subir ou a se aprofundar na pesquisa. Daí, vamos entrar nesta parte para estudar os principais nomes que deram a maior contribuição para as escolas de economia no mundo sendo eles: **Adam Smith , David Ricardo , Karl Marx e John Mayanard Keynes.**

(Prof. GARCIA)

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

1º ponto:

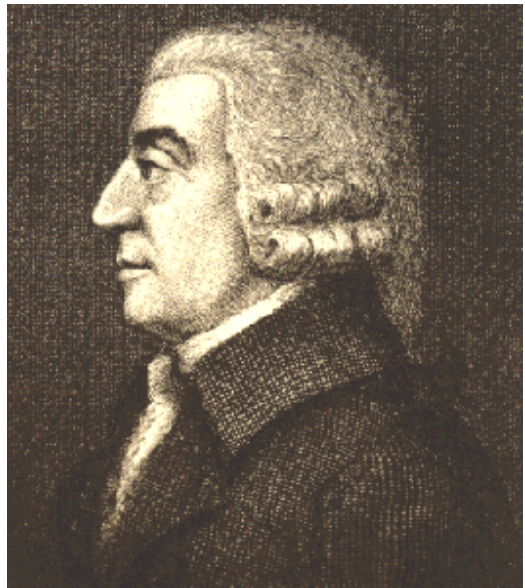
ADAM SMITH - Parte Geral.

História:

ADAM SMITH

(1723-1790)

Smith was one of those 18th century Scottish moral philosophers whose impulses led to our modern day theories; his work marks the breakthrough of an evolutionary approach which has progressively displaced the stationary Aristotelian view.



Conhecido por sua obra principal, *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* ("Uma Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações"), de 1776, Adam Smith foi na verdade um filósofo social, não um economista. Quando se examina o contexto de seu pensamento que inclui o seu *The Theory of Moral Sentiments* ("A Teoria dos Sentimentos Morais"), de 1759, além da obra que almejava publicar sobre os princípios gerais da lei e do governo e as diferentes revoluções que sofreram em diferentes épocas e períodos da sociedade, vê-se que sua obra prima "Riqueza das Nações", não é meramente um tratado de economia mas uma peça dentro de um sistema filosófico amplo que parte de uma teoria da natureza humana para uma concepção de organização política e de evolução histórica.

VIDA:

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

Adam Smith, filho de outro Adam Smith e sua segunda mulher, Margarete Douglas, foi batizado em 5 de junho de 1723 em Kirkcaldy. Esta era uma pequena cidade portuária na margem norte da enseada de Firth of Forth no mar do Norte, pertencente ao condado de Fife, próxima a Edimburgo, importante pelo comércio de sal. Seu pai era fiscal da alfândega e sua mãe era filha de um bem aquinhoado proprietário de terras. Em sua época o Reino Unido (Inglaterra unida à Escócia desde 1707) vivia o período de grande atividade marítima que antecedeu a Revolução Industrial.

O único episódio conhecido da infância de Smith é que aos quatro anos foi raptado por ciganos e, devido à intensa busca que foi organizada, abandonado por eles e recolhido a salvo.. Recebeu educação primária em Kirkcaldy e, na idade de 14 anos, em 1737 (ano em que David Hume publica "Tratado da Natureza Humana"), entrou para a Universidade de Glasgow. Esta universidade, centro do que depois seria chamado Iluminismo Escocês, fora fundada por bula do papa Nicolau V em 1451, a pedido do rei Jaime II da Escócia. Ao tempo de Smith a universidade ficava em High Street e somente cerca de cento e trinta anos depois seria mudada para seu sítio atual, no extremo oeste de Glasgow. No universidade Smith foi profundamente influenciado pelo seu professor de filosofia moral, Francis Hutcheson.

Depois de graduar-se em 1740, Smith conseguiu uma bolsa para estudar em Oxford, para onde foi a cavalo e onde ficou no Balliol College. Encontrou em Oxford um ambiente atrasado, em contraste com a estimulante atmosfera de Glasgow. Ensino ruim e retrógrado a ponto de lhe confiscarem o "Tratado" de David Hume, visto que nele Hume negava o princípio de causa e efeito, o que invalidava a prova da existência de Deus como causa última necessária. Em Oxford Smith praticamente promoveu uma auto-educação em filosofia clássica e contemporânea.

Retornando à Escócia após seis anos, Smith ficou à procura de emprego. É nesta ocasião que recebe apoio do filósofo e jurista Lord Henry Home Kames (1696-1782) **um pensador** melhor conhecido pelo seu *Elements of Criticism*, 3 vol. (1762), um trabalho notável na história da estética pela tentativa de igualar o belo ao que é agradável aos sentidos naturais da vista e da audição. Suas outras obras incluem *Essays on the Principles of Morality and Natural Religion* (1751), temas que Smith certamente apreciava.

Devido às boas relações da família de sua mãe, juntamente com o apoio de Lord Kames, abriu-se para Smith a oportunidade para uma ocupação provisória, paga, de conferencista público em Edimburgo. Esta era uma atividade nova, prevista no novo sistema de educação em voga como parte do espírito de progresso que prevalecia na época.

Suas conferências, que cobriam ampla gama de assuntos desde retórica a história e economia, causaram profunda impressão em alguns dos grandes contemporâneos de Smith. Isto foi decisivo para sua própria carreira, porque resultou daí ser nomeado em 1751, na

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

idade de 27 anos, professor de lógica na Universidade de Glasgow. Desse posto ele se transferiu no ano seguinte para o professorado melhor remunerado de filosofia moral, que na época compreendia os campos relacionados de teologia natural, ética, jurisprudência e economia política. Essa mesma cadeira havia sido pleiteada em 1744, por Hume, que havia publicado, em 1741, os Ensaios Morais e Políticos, mas lhe foi negada sob o pretexto de ser ele herege, e "notório infiel". Com a transferência de Smith para a filosofia moral, fez-se então uma tentativa para que Hume fosse indicado para a cadeira de lógica que Smith deixava vaga. Porém Hume (que depois se tornaria amigo íntimo de Smith) não obteve a cátedra. O rumor de ateísmo prevaleceu novamente.

Membro da faculdade, Smith entrou em um período de intensa atividade. Além de lecionar pela manhã, ocupava-se de assuntos acadêmicos e administrativos na parte da tarde, tudo isto combinado com uma também intensa vida intelectual e à noite o estimulante convívio com a sociedade de Glasgow. Suas aulas eram em inglês, uma novidade introduzida pelo falecido professor da mesma disciplina, Francis Hutcheson. Foi eleito reitor em 1758. Ele considerou esse período o mais feliz e nobre de sua existência.

No seu círculo de amizades contavam-se, além da nobreza e altos funcionários do governo, também uma variedade de figuras das ciências, da filosofia e letras, como o químico Joseph Black, o engenheiro inventor da máquina a vapor James Watt, Robert Foulis, um grande editor, e David Hume, que Smith conheceu em Edimburgo quando voltou de Oxford, e que se tornou um amigo para o resto da vida .

Entre seus amigos tinha mercadores ocupados com o comércio colonial que se intensificara na Escócia a partir do ato de união com a Inglaterra. Nos entretenimentos sociais, discutiam economia e estes comerciantes o colocavam a par dos movimentos de mercado com aquelas informações detalhadas que Smith apresentará no livro "Riqueza das Nações".

Em 1759 publicou seu primeiro trabalho já referido, "A Teoria dos Sentimentos Morais", em que toma uma natureza humana imutável como base para as instituições sociais. Aquela é dominada pelas paixões e os instintos de auto-preservação e auto-interesse, porém controlada por uma capacidade de simpatia, - outro instinto -, e por uma presença interior que aprova ou desaprova as ações do indivíduo. Essa estrutura joga os homens uns contra os outros, mas lhes dá também a faculdade de criar instituições através das quais esse conflito é mitigado e transformado em bem social. Este primeiro trabalho já expressa o pensamento, que repetiria depois no "Riqueza das Nações", que "os homens voltados para seus próprios interesses são conduzidos por uma mão invisível...sem saber e sem pretender isto, realizam o interesse da sociedade".

O "A Teoria" tornou-se lido e conhecido, e em particular atraiu a atenção de Charles Townshend, um político importante a quem interessavam as questões canônicas, ele mesmo

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

historicamente vinculado às medidas de taxação que provocaram a Revolução Americana. Townshend havia se casado recentemente e buscava um tutor para seu enteado e tutelado, o jovem duque de Buccleuch. A empenhada recomendação de Hume e sua própria admiração pelo autor de "A Teoria dos Sentimentos Morais", levaram-no a propor a função a Smith com a oferta de um salário acima do que Smith ganhava na universidade.

Smith renunciou à sua cadeira em 1763 e partiu para a França no ano seguinte como o tutor do jovem duque de Buccleuch. Eles ficam principalmente em Toulouse, cidade comercialmente importante na época, encontro de rotas do sul e do norte, ponto de embarque para a via fluvial do rio Garona, quando descer o rio para Bordeaux era mais rápido e confortável que o caminho por terra, como parte do trajeto entre a Itália e a Inglaterra. Em Toulouse permaneceram mestre e discípulo por 18 meses, e nesse período Smith iniciou os manuscritos do "Riqueza das Nações".

De Toulouse foram para Genebra, onde Smith encontrou-se com Voltaire, - por quem ele tinha o mais profundo respeito -, e de lá seguiram para Paris, onde Hume, então secretário da embaixada britânica, apresentou Smith aos grandes salões literários do Iluminismo francês. Lá ele encontrou um grupo de reformadores sociais e teóricos da economia, encabeçados por François Quesnay. Muito impressionado pelas idéias de Quesnay iria dedicar a ele "Riqueza das Nações, não tivesse o economista francês falecido antes da publicação. A permanência em Paris foi, porém, abreviada por um acontecimento chocante. O irmão mais jovem do duque de Buccleuch, que se juntara a eles em Toulouse, foi assassinado na rua. Smith e seu pupilo imediatamente retornaram para Londres.

Smith trabalhou em Londres até a primavera de 1767 com Lord Townshend, um período durante o qual ele foi eleito membro da Royal Society e ampliou ainda mais seu círculo intelectual incluindo Edmund Burke, Edmund Burke (1729-1797), estadista britânico de origem irlandesa, figura proeminente no cenário político entre 1765 e 1795, importante na história da teoria política pela sua crítica ao jacobinismo na França e pela sua definição de partido político como um corpo de homens unidos em espírito público, que age como um élo constitucional entre o rei e o parlamento, dando consistência e força na administração, ou crítica fundamentada quando na oposição; Samuel Johnson (1709-1784) crítico, biógrafo, ensaísta, poeta e dicionarista, considerado uma das maiores figuras da vida e das letras no século XVIII na Inglaterra; Edward Gibbon (1737-1794) historiador, intelectual racionalista inglês, mais conhecido como o autor de *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire* ("História do declínio e queda do Império Romano"), de 1776-88), uma narrativa continua do século II DC até a queda de Constantinopla em 1453, e provavelmente também Benjamim Franklin (1706-1790), impressor e editor americano, autor, inventor, cientista, e diplomata, famoso pelas suas experiências com a eletricidade que resultaram na descoberta do para-raio, e que esteve na Inglaterra negociando interesses da América

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

inglês e depois na França, para garantir apoio financeiro e militar para a guerra da independência dos Estados Unidos.

Ao final de 1767 Smith voltou para Kirkcaldy, onde os seis anos seguintes foram gastos ditando e revisando o "Riqueza das Nações", seguidos por outra estada de três anos em Londres, onde o livro foi finalmente concluído, e publicado, em 1776. Apesar de não ter sido um sucesso popular imediato, o "Riqueza das Nações" foi recebido com admiração pelo largo círculo de amigos e admiradores de Smith.

O ano seguinte ao da publicação do livro Smith foi indicado comissário ambos da alfândega e do imposto do sal para a Escócia, postos que lhe trouxeram um bom rendimento anual. Ele então agradeceu ao duque Buccleuch dizendo que ele não mais necessitava sua pensão, ao que o duque respondeu que seu senso de honra nunca lhe permitira deixar de pagá-la. Smith estava portanto inteiramente bem nos anos finais de sua vida, que foi passada principalmente em Edimburgo com viagens ocasionais a Londres ou Glasgow, onde foi designado reitor da universidade. Residia então em Canongate, - a porta dos cônegos -, nome que recebeu o lugar porque era o caminho usual dos cônegos de um antigo mosteiro, depois abadia Agostiniana, entre o mosteiro e a cidade. Por séculos, apesar de adjacente à capital, Canongate foi independente de Edimburgo. Era considerado um lugar ideal para se viver: fora dos muros da cidade; havia mais espaço e contacto com a natureza, casas com amplos jardins e pomares. A proximidade com o palácio da corte escocesa em Holyrood havia naturalmente atraído a nobreza para aquele sítio. Escoceses notáveis foram enterrados na Canongate Kirk, a igreja da paróquia local.

No início de 1776, no retorno de uma de suas viagens a Londres, Smith cruzou no caminho com o amigo Hume que ia à capital, adoentado e esperando que aquela viagem pudesse lhe fazer bem. Por morte de Hume, Adam Smith foi seu executor literário, e adicionou ao "Vida", escrito por ele, uma carta expressando seu julgamento do amigo como "aproximando tão de perto a ideia de um homem perfeitamente lúcido e virtuoso quanto a fraqueza da natureza humana houvera de permitir".

Os anos passaram quietamente, com várias revisões de ambos seus dois principais livros. Em 17 de julho de 1790, na idade de 67 anos, cheio de honras e reconhecimento, Smith morreu. Foi enterrado no pátio da igreja em Canongate, com um monumento simples dizendo que Adam Smith, autor do "Riqueza das Nações", estava enterrado ali.

Assim como Hume, Smith nunca se casou, e quase nada se sabe do seu lado pessoal. Infelizmente seu arquivo pessoal foi destruído, e somente um retrato seu existe, um medalhão de seu perfil de sobrancelhas grossas, nariz aquilino e um lábio inferior saliente. Segundo vários testemunhos, ele era também um homem de muitas peculiaridades: tinha um modo vacilante de falar (até que aquecia para seu assunto), um modo de andar descrito

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

como "vermicular" e acima de tudo uma cabeça muito distraída. Por outro lado, muitos contemporâneos mencionaram seu sorriso de "inexprimível bondade", seu tato político e seu expediente em conduzir os negócios as vezes difíceis da universidade de Glasgow. Atraiu estudantes de nações tão distantes quando a Rússia e seus últimos anos foram coroados não somente com expressões de admiração de muitos pensadores europeus mas também por um crescente reconhecimento, nos círculos governamentais democráticos, da importância de suas teses para a condução de uma política econômica prática.

1. Apesar de ser considerada a primeira grande obra de economia política, na verdade o livro "Riqueza das Nações" é a continuação do primeiro, "A Teoria dos Sentimentos Morais". A questão abordada no "Riqueza" é da luta entre as paixões e o "espectador imparcial", ao longo da evolução da sociedade humana.
2. Adam Smith adotava um atitude liberal, apóia o não intervencionismo, pois ele acredita que o Intervencionismo prejudica mais.
3. A desigualdade é vista como um incentivo ao trabalho e ao enriquecimento (logicamente os pobres querem ficar ricos e atingir o nível das classes ricas e mais beneficiadas), sendo uma condição fundamental para que as pessoas se mexam e tentem atingir níveis melhores de vida.
4. O problema desta análise, é que apesar de ser feita à luz da ética, indica o não intervencionismo.
5. Como resolver este problema da justiça social e da equidade. Adam Smith aponta um caminho – o **Progresso Econômico**.

SAPIENTIAJUS

2. - Progresso Econômico

2.1- Generalidades

A Análise de Smith do mercado como um mecanismo auto-regulador era impressionante. Assim, sob o ímpeto do apelo aquisitivo (em si mesmo inespecífico, aberto), o fluxo anual da riqueza nacional podia ser vista crescer continuamente. A riqueza das nações cresceria somente se os homens, através de seus governos, não inibissem este crescimento concedendo privilégios especiais que iriam impedir o sistema competitivo de exercer seus efeitos benéficos. Conseqüentemente, muito do "Riqueza das Nações", especialmente o Livro IV, é uma polêmica contra as medidas restritivas do "sistema mercantil" que favorecem monopólios no país e no exterior

A grande contribuição de Adam Smith para o Pensamento Econômico é exatamente a chamada "Teoria da Mão Invisível".

Para este autor todos aplicam o seu capital para que ele renda o mais possível. A pessoa ao fazer isto não tem em conta o interesse geral da comunidade, mas sim o seu próprio interesse – neste sentido é egoísta. O que Adam Smith defende é que ao promover o interesse pessoal, a indivíduo acaba por ajudar na prossecução do Interesse Geral e coletivo. Dizia ele, que não pelo benevolência do padeiro ou do açougueiro que nós temos o nosso jantar, mas é pelo egoísmo deles, pois os homens agindo segundo seu próprio interesse é que todos se ajudam mutuamente

Neste caminho ele é conduzido e guiado por uma espécie de Mão Invisível.

Adam Smith acredita então que ao conduzir e perseguir os seus interesses, o homem acaba por beneficiar a sociedade como um todo de uma maneira mais eficaz.

Graças à mão invisível não há necessidade de fixar o preço. Por exemplo, a Inflação é corrigida por um reequilíbrio entre Oferta e Procura, reequilíbrio esse que seria atingido e

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

conduzido pela Mão Invisível, é pois o início da Glorificação do Mercado que Adam Smith preconiza.

3. - O Estado

Para Adam Smith o Estado deve desempenhar 3 funções:

⇒ Manutenção da Segurança Militar

⇒ Administração da Justiça

⇒ Erguer e manter certas instituições públicas

Adam Smith acredita que a intervenção do Estado noutros domínios para além de ser inútil é também prejudicial.

O comércio implica uma liberdade de circulação. Assim podem-se adquirir mais quantidades a menores preços no Estrangeiro, essa liberdade deve ser procurada, nem que tal implique desigualdade (não esquecer que um dos fundamentos de Adam Smith é a tal desigualdade geradora do crescimento).

Para este autor o progresso pode ser dividido em 3 etapas:

⇒ A caça e Pastorícias Pre-Feudal

⇒ A Sociedade Agrícola

⇒ A Sociedade Comercial

SAPIENTIAJUS

A passagem faz-se através de transformações na propriedade. Atingida a Sociedade Comercial, só existem uma fonte de crescimento Econômico – a Divisão do Trabalho.

Adam Smith como se pode ver é o pai da Economia Liberal, foi ele que lhe deixou os seus principais fundamentos – cujo expoente máximo é a chamada teoria da Mão Invisível.

4. –A melhor Educação

4.1 - No Artigo II do Volume II do "Riqueza" diz Smith que também as instituições para a educação podem propiciar um rendimento suficiente para cobrir seus próprios gastos. Ele não se ocupa de se é dever do Estado propiciar educação gratuita aos cidadãos. Ele apenas garante que, se esse for o caso, infalivelmente será a pior educação possível. Ele coteja o ensino particular com o público, este último exemplificado com o péssimo ensino que viu em Oxford, universidade onde os professores tinham seu salário garantido, mesmo que sequer dessem aulas. Quando o professor não é remunerado às custas do que pagam os alunos, "o interesse dele é frontalmente oposto a seu dever, tanto quanto isto é possível"... "é negligenciar totalmente seu dever ou, se estiver sujeito a alguma autoridade que não lhe permite isto, desempenhá-lo de uma forma tão descuidada e desleixada quanto essa autoridade permitir". Nesta situação, mesmo um professor consciencioso do seu dever, irá, segundo Smith, acomodar seu projeto de ensino e pesquisa a suas conveniências, e não de acordo com parâmetros reais de interesse de seus alunos

4.2 - A Teoria de valor de Adam Smith

A teoria do valor-trabalho é o reconhecimento de que em todas as sociedades, o processo de produção pode ser reduzido a uma série de esforços humanos.

Geralmente os seres humanos não conseguem sobreviver sem se esforças para transformar o ambiente natural de uma forma que lhes seja mais conveniente. O ponto de partida da teoria de Smith foi enfatizado da seguinte maneira: O trabalho era o primeiro preço, o

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

dinheiro da compra inicial que era pago por todas as coisas. Assim, Smith afirmou que o pré-requisito para qualquer mercadoria ter valor era que ela fosse produto do trabalho humano.

Smith conclui que o valor do produto era a soma de três componentes: o salário, os lucros e os aluguéis.

Como os lucros e os aluguéis tem que ser somado aos salários para a determinação dos preços, onde a teoria dos preços de Smith foi chamada de teoria da soma. Uma mera soma dos três componentes básicos para o preço.

Smith estabeleceu distinção entre preço de mercado e preço natural. O preço de mercado era o verdadeiro preço da mercadoria e era determinado pelas forças da oferta e da procura. O preço natural era o preço ao qual a receita da venda fosse apenas suficiente para dar lucro, era o preço de equilíbrio determinado pelos custos de produção, mas estabelecido no mercado pelas forças da oferta e da procura.

Havia uma relação entre esses dois preços que era: o preço natural era o preço de equilíbrio determinado pelos custos de produção, mas estabelecido no mercado pelas forças da oferta e da procura.

Havia dois grandes pontos fracos na teoria dos preços de Smith:

Primeiramente os três componentes dos preços salários, lucros e aluguéis eram eles próprios preços ou derivavam de preços, uma teoria que explica os preços com base em outros preços não pode explicar os preços em geral.

Smith afirmava que o valor de uso e o valor de troca não estavam sistematicamente relacionados.

O segundo grande ponto fraco da teoria dos preços baseados no custo de produção de Smith era que a teoria levava a conclusões sobre o nível geral de todos os preços, ou em outras palavras, sobre o poder aquisitivo da moeda, e não aos valores relativos de diferentes

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

mercadorias. A melhor medida do valor em sua opinião era quantidade de trabalho que qualquer mercadoria poderia oferecer numa troca.

Dado o papel fundamental do Trabalho no processo de formação de riqueza, Adam Smith defende que o valor de troca deveria ser igual ao salário, mas o que acaba por verificar é que o valor de troca é diferente do preço.

Como é que isto podia acontecer?? Dado que o Trabalho criava a riqueza, e consequentemente o preço do bem, não deveria ser o Preço apenas o valor do trabalho Contido??

Não. Pois o Preço de um bem para além de conter o Salário, contem também o lucro do capital e a Renda

Preço = Salário + Rendas + lucro do Capital

Adam Smith faz uma distinção fundamental entre o Preço Natural e o Preço de Mercado, a saber:

- Preço Natural : Reflete o conteúdo em termos de remunerações, sem influência da Procura
- Preço de Mercado : Surge do confronto entre a Procura e a Oferta de Curto Prazo

O Preço natural acaba por ser um preço referência.

4.3.- A Teoria da Repartição do Rendimento

Adam Smith defende que o rendimento é a soma dos Salários com os Lucros e as Rendas.

Rendimento = Salários + Lucros + Rendas

A) Quanto aos Salários que distinguir entre:

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

· Salário dos ocupados na produção à Deve ser o mínimo necessário para assegurar a subsistência. Este salário evoluir com a Economia (Em expansão deve ser superior). Adam Smith entende trabalho produtivo como aquele que participa na transformação dos bens materiais.

· Salário dos Trabalhadores Não Produtivos à Adam Smith entende que o trabalho não produtivo é aquele que é impossível de vender. São exemplos de trabalhadores não produtivos os criados, os funcionários, e os produtores de serviços

B) Lucro do Capital à Adiantamento sobre o valor criado pelo trabalho, acaba por representar a remuneração devida ao Capital em Risco

C) Renda Fundiária à Diferença entre o Preço e a Soma dos Salários com os lucros que será paga ao Proprietário. Analiticamente:

$$\text{Renda} = \text{Preço} - (\text{Salários} + \text{Lucros})$$

2º ponto:

Economia Clássica II DAVID RICARDO

1. História



Mary Evans Picture Library

David Ricardo nasceu em Londres, em 18 ou 19 de abril de 1772. Terceiro filho de um judeu holandês que fez fortuna na bolsa de valores, entrou aos 14 anos para o negócio do pai, para o qual demonstrou grande aptidão. Aos 21 anos rompeu com a família, converteu-se ao protestantismo unitarista e se casou com uma quacre. Prosseguiu suas atividades na bolsa e em poucos anos ficou rico o bastante para se dedicar à literatura e à ciência, especialmente matemática, química e geologia. A leitura das obras do compatriota **Adam Smith**, principal teórico da escola clássica com *The Wealth of Nations*, é inteiramente responsável pelo seu teor.

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

of Nations (1776; A riqueza das nações), levou-o a interessar-se por economia. Seu primeiro trabalho, *The High Price of Bullion, a Proof of the Depreciation of Bank Notes* (1810; O alto preço do lingote de ouro, uma prova da depreciação das notas de banco), mostrou que a inflação que então ocorria se devia à política do Banco da Inglaterra, de não restringir a emissão de moeda. Um comitê indicado pela Câmara dos Comuns concordou com os pontos de vista de Ricardo, o que lhe deu grande prestígio

Ricardo fazia distinção entre a noção de valor e a noção de riqueza. O Valor era considerado como a quantidade de trabalho necessária à produção do bem, contudo não dependia da abundância, mas sim do maior ou menor grau de dificuldade na sua produção.

Já a riqueza era entendida como os bens que as pessoas possuem bens que eram necessários, úteis e agradáveis.

O preço de um bem era o resultado de uma relação entre o bem e outro bem

Esse preço era representado por uma determinada quantidade de moeda, obviamente que variações no valor da moeda implicam variações no preço do bem.

Ricardo definia o Valor da Moeda como a quantidade de trabalho necessária à produção do metal que servia para fabricar o numerário. Analiticamente

Se o Valor da Moeda variasse, o preço do bem variava mas o seu Valor Não.

A teoria de David Ricardo é válida para bens reproduzíveis (Por exemplo um objeto de arte tem valor pela sua escassez e não pela quantidade de trabalho que lhe está inerente).

Tal Como Adam Smith, Ricardo admitia que a qualidade do trabalho contribuía para o valor de um bem.

Contribuição

Sua principal contribuição foi o princípio dos rendimentos decrescentes, devido a renda das terras. Tentou deduzir um teoria do valor a partir da aplicação do trabalho. Outra contribuição foi a Lei do Custo Comparativo, que demonstrava os benefícios advindos de uma especialização internacional na composição dos commodities do comércio internacional. Este foi o principal argumento do Livre Comércio, aplicado pela Inglaterra, durante o século XIX, exportando manufaturas e importando matérias primas.

Linha de Pensamento

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

David Ricardo é reconhecido como o sucessor de Adam Smith. Foi o economista mais influente de sua época, e a influência de seu trabalho se manteria por décadas, até 1870.

2. Princípio Rendimentos Decrescentes

Sua principal contribuição foi o princípio dos rendimentos decrescentes, devido a renda das terras. Tentou deduzir um teoria do valor a partir da aplicação do trabalho. Outra contribuição foi a Lei do Custo Comparativo, que demonstrava os benefícios advindos de uma especialização internacional na composição dos commodities do comércio internacional. Este foi o principal argumento do Livre Comércio, aplicado pela Inglaterra, durante o século XIX, exportando manufaturas e importando matérias primas.

3. A RENDA

A Renda deveria ser tal de forma a que permitisse ao rendeiro a conservação do seu lucro à taxa de remuneração normal dos seus capitais.

O seu peso no Rendimento depende das condições de produção. Quem trabalha em melhores condições paga mais renda, contudo, quem acabava por pagar essa renda, era na realidade o consumidor final.

Eis uma grande diferença relativamente a Adam Smith, pois Smith acreditava que a Renda era a diferença entre o Rendimento e o Somatório dos Salários e dos Lucros.

4. O SALARIO

O trabalho era visto como uma mercadoria.

Há a distinguir duas noções de preços, a saber:

- Preço Corrente à Salário determinado pelo jogo de mercado e pelas forças da procura e da Oferta
- Preço Natural à O Salário que permitia subsistir e reproduzir sem crescimento nem diminuição.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

O Preço Natural não é constante. Varia de acordo com o caso específico dos países, das épocas, ou seja, depende do ambiente em que se esteja inserido.

Este Preço tende a elevar-se (tomemos em consideração por exemplo, o fato, de o bem estar passar a incluir objetos que antes eram considerados de luxo e que com o progresso tecnológico e principalmente social, se tornam mais baratos e essenciais).

Duas situações podem ocorrer:

- Se o Preço de Mercado for maior que o Preço Natural , existirá a tendência a viver melhor, e com mais condições de vida. Este fato levará a uma tendência para uma maior reprodução. Com a reprodução subirá a população. Essa subida da População levará a um aumento do número de trabalhadores (um aumento da procura de trabalho) e conseqüentemente os Salário praticado abarão por descer para o nível do Preço Natural
- Se O Preço Natural for superior ao Preço de Mercado, a qualidade de vida das populações será menor, estabelecendo-se um raciocínio antagônico ao anterior, isto é, tendência para a menor reprodução, o que baixará a Procura de Trabalho. Essa diminuição da Procura de Trabalho levará a uma subida dos salários

Começa-se aqui a desenhar um dos ciclos viciosos que iremos explorar com maior detalhe na Sétima Parte da História do Pensamento Econômico, que será também dedicada ao Pensamento de David Ricardo.

5. OS LUCROS

Smith considerava que as Rendas era a diferença entre o Rendimento e os Salários+Lucros. ($Rendas = Rendimento - Salários - Lucros$)

Ricardo por outro lado, estabelece que os Lucros são a diferença entre o Rendimento e os Salários+Rendas ($Lucros = Rendimentos - Salários - Rendas$).

Um Agricultor que é detentor do Capital, guarda um lucro que é o que sobra depois de pagos as rendas e os salários.

Caso o Agricultor seja detentor das Terras, ganha o Lucro e a Renda.

Sendo as Rendas Fixas, os lucros tornam-se cada vez mais importantes, quanto mais baixos sejam os salários. Começa aqui a surgir a noção do Lucro ser um fenômeno inerente à Luta de Classes.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

6. A teoria do Crescimento

Para Ricardo o crescimento depende da acumulação de capital, logo, depende da sua taxa de crescimento, isto é do Lucro.

Para Ricardo a existência de uma taxa de lucro elevada, implica um maior crescimento econômico. Esse maior crescimento Econômico levará a existência de uma poupança mais abundante, que permitirá a sua canalização para o Investimento.

Desenvolvimento Econômico é assegurado pelo aumento do emprego e também pela melhoria das técnicas de produção.

Já o Comércio tem pouca importância no Crescimento Econômico, sem contudo deixar de ser necessário. A sua importância releva da **teoria das vantagens comparativas**, pois permite que com a maior exportação, possamos importar mais e mais barato. Por isso o Comércio é muito importante, sem contudo representar um papel muito relevante para o Crescimento Econômico.

Portanto, Ricardo defende que enquanto existir evolução da taxa de lucro, o crescimento estará assegurado. Contudo o Lucro, como vimos na Teoria da Repartição do Rendimento na Sexta Parte da História do Pensamento Econômico, depende de outras variáveis, mais concretamente dos Salários e das Rendas, e aqui se começará a desenhar uma das contradições do sistema capitalista, que Marx irá explorar, mais concretamente a tendência para a baixa da taxa de lucro.

Raciocínio de Ricardo é muito simples. De fato, o Mundo apresenta uma tendência para a expansão. Essa expansão tem consequência ao nível da subida da população. A Subida da População levará a que novas terras (as menos férteis) tenham que ser cultivadas.

Como mais terras são cultivadas, irá se verificar uma diferenciação no pagamento das rendas para as terras mais ou menos férteis.

Como as rendas aumentam, fruto da subida do preço das rendas das terras mais férteis, obviamente que o lucro diminuirá.

Ricardo explica esta tendência para a baixa da taxa de lucro de uma outra forma.

A acumulação de capital leva a uma subida da população (por exemplo com a existência de uma melhoria das condições de vida, haverá uma maior tendência para a procriação). Isso levará a um aumento da procura de trabalho, que levará a uma subida do nível de salário (consequentemente das condições de vida), existindo a necessidade de se aumentar a

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

produção. Esse aumento da produção é obtido com a utilização de terras menos férteis, o que, como vimos anteriormente, levará a uma subida das rendas. O Lucro irá obviamente descer, e se o preço dos produtos agrícolas sobe, isso irá se repercutir no salário que também irá crescer, em conclusão, mais um fator que corrobora a idéia da tendência para a baixa da taxa de lucro.

Por causa desta lei, o crescimento fica ameaçada. Quanto maior for a taxa de lucro, menor será a apetência para o investimento.

Mais cedo ou mais tarde, o Rendimento Nacional parará de crescer, atingindo-se uma fase estacionária.

Ricardo encontrou duas formas de retardar isto:

1. Pela Importação de Produtos Agrícolas Com a importação de produtos agrícolas, consegue-se impedir que o preço suba e conseqüentemente os salários e as rendas aumentem.
2. Aumento da Produtividade Agrícola, via mecanização e novas descobertas à Esta mecanização poderá Ter um efeito perverso, obviamente que me refiro ao problema do desemprego. Contudo, Ricardo considerava que o seu desenvolvimento irá ser lento.

3º ponto:

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

TEORIA MARXISTA – PARTE I.

Fotos Históricas:



Traços biográficos:

Economista, filósofo e socialista alemão, Karl Marx nasceu em Trier em 5 de Maio de 1818 e morreu em Londres a 14 de Março de 1883. Estudou na universidade de Berlim, principalmente a filosofia hegeliana, e formou-se em Iena, em 1841, com a tese *Sobre as diferenças da filosofia da natureza de Demócrito e de Epicuro*. Em 1842 assumiu a chefia da redação do *Jornal Renano* em Colônia, onde seus artigos radical-democratas irritaram as autoridades. Em 1843, mudou-se para Paris, editando em 1844 o primeiro volume dos *Anais Germânico-Franceses*, órgão principal dos hegelianos da esquerda. Entretanto, rompeu logo com os líderes deste movimento, Bruno Bauer e Ruge.

Em 1844, conheceu em Paris Friedrich Engels, começo de uma amizade íntima durante a vida toda. Foi, no ano seguinte, expulso da França, radicando-se em Bruxelas e participando de organizações clandestinas de operários e exilados. Ao mesmo tempo em que na França estourou a revolução, em 24 de fevereiro de 1848, Marx e Engels publicaram o folheto *O Manifesto Comunista*, primeiro esboço da teoria revolucionária que, mais tarde, seria chamada marxista. Voltou para Paris, mas assumiu logo a chefia do *Novo Jornal Renano* em Colônia, primeiro jornal diário francamente socialista.

Depois da derrota de todos os movimentos revolucionários na Europa e o fechamento do jornal, cujos redatores foram denunciados e processados, Marx foi para Paris e daí expulso, para Londres, onde fixou residência. Em Londres, dedicou-se a vastos estudos econômicos e históricos, sendo freqüentador assíduo da sala de leituras do British Museum. Escrevia artigos para jornais norte-americanos, sobre política exterior, mas sua situação material

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

esteve sempre muito precária. Foi generosamente ajudado por Engels, que vivia em Manchester em boas condições financeiras.

Em 1864, Marx foi co-fundador da Associação Internacional dos Operários, depois chamada I Internacional, desempenhando dominante papel de direção. Em 1867 publicou o primeiro volume da sua obra principal, *O Capital*. Dentro da I Internacional encontrou Marx a oposição tenaz dos anarquistas, liderados por Bakunin, e em 1872, no Congresso de Haia, a associação foi praticamente dissolvida. Em compensação, Marx podia patrocinar a fundação, em 1875, do Partido Social-Democrático alemão, que foi, porém, logo depois, proibido. Não viveu bastante para assistir às vitórias eleitorais deste partido e de outros agrupamentos socialistas da Europa.

1 - Origem, conceito, características

1.1. -Partindo da teoria do valor, exposta por David Ricardo, Karl Marx, seu principal propugnador, postulou que o valor de um bem é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção. Segundo Marx, o lucro não se realiza por meio da troca de mercadorias, que se trocam geralmente por seu valor, mas sim em sua produção. Os trabalhadores não recebem o valor correspondente a seu trabalho, mas só o necessário para sua sobrevivência. Nascia assim o conceito da mais-valia, diferença entre o valor incorporado a um bem e a remuneração do trabalho que foi necessário para sua produção. Não é essa, porém, para Marx, a característica essencial do sistema capitalista, mas precisamente a apropriação privada dessa mais-valia. A partir dessas considerações, Marx elaborou sua crítica do capitalismo numa obra que transcendeu os limites da pura economia e se converteu numa reflexão geral sobre o homem, a sociedade e a história.

1.2.- A Teoria do Valor de Marx

Marx alterou alguns fundamentos da Economia Clássica, estabelecendo uma distinção entre valor de uso e valor de troca:

1.3. -Valor de Uso

Representa a utilidade que o bem proporciona à pessoa que o possui:

1.4.- Valor de Troca:

Este exige um valor de uso, mas não depende dele.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

Tal como Ricardo, Marx acredita que o Valor de Troca depende da quantidade de trabalho despendida, contudo, a quantidade de trabalho que entra no valor de troca é a quantidade socialmente necessária (Quantidade que o Trabalhador Gasta em média na Sociedade, e que obviamente, varia de Sociedade para Sociedade).

Como facilmente pressupões, Marx defendia a teoria da **exploração do trabalhador**.

Marx dizia que só o trabalho dava valor às mercadorias, a tal Mais Valia, que referi no trabalho sobre Karl Marx.

Equipamentos, não davam valor, apenas transmitiam uma parte do seu valor às mercadorias, não contribuindo portanto para a formação de valor.

Pelo contrário, o Homem através do seu trabalho fazia com que as matérias primas e os equipamentos transmitissem o seu valor ao bem final, e ainda por cima criava valor acrescentado (Por exemplo, no Capital Marx falava do exemplo das fiandeiras, que pegavam no algodão e o transformavam por exemplo em camisolas, criando um valor acrescentado que só mesmo o Trabalho Humano pode dar).

Para Marx existe uma apropriação do fruto do Trabalho, que contudo não pode ser considerado um roubo pelo Capitalista, porque ao fim ao cabo, o Trabalhador está a ser pago para fazer aquele trabalho.

O Valor é formado tendo em conta o seu custo em termos de trabalho, desse valor o Capitalista apropria-se da Mais Valia através da utilização do seu Capital.

Toda esta teoria da repartição do Rendimento, leva-nos para um conceito fundamental em Marx que é precisamente o da Mais Valia .

2. – Mais Valia

Portanto Marx afirmava que a força de trabalho era transformada em mercadoria, o valor de força de trabalho corresponde ao Socialmente necessário.

Tudo estaria bem, contudo o valor deste Socialmente Necessário é um problema.

Na realidade o que o trabalhador recebe é o salário de Subsistência, que é o mínimo que assegura a manutenção e reprodução do trabalho.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

Mas apesar de receber um salário, o trabalhador acaba por criar um valor acrescentado durante o processo de produção, ou seja, fornece mais do que aquilo que custou, é esta diferença que Marx chama de Mais Valia.

A Mais Valia não pode ser considerado um roubo pois é apenas fruto da propriedade privada dos meios de produção.

Mas, os Capitalistas e os proprietários, procuram aumentar os seus rendimentos diminuindo o rendimento dos trabalhadores, é pois esta situação de exploração da Força de Trabalho pelo Capital que Marx mais critica.

Marx critica a essência do Capitalismo, que reside precisamente na exploração da força de trabalho pelo Produtor Capitalista, e que segundo Marx, um dia haverá de levar à revolução social.

4º ponto:

Karl Marx - Parte II

As Contradições do Sistema Capitalista

A subordinação da classe trabalhadora

Karl Marx defende que o trabalhador é origem do valor. Sendo ele a origem do valor, entretanto há uma tendência para o empobrecimento do Trabalho.

A Oferta do Trabalho depende da evolução demográfica, da procura do Capital Investido e também do Progresso.

O Progresso técnico é inerente ao Capitalismo, logo com o progresso técnico a procura de trabalho tende a descer.

Marx diz também que a baixa na procura do trabalho não leva a diminuições sucessivas do trabalho, pois os Sindicatos não o permitem, contudo, os operários são reduzidos à miséria pois não podem trabalhar.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

Há primeira vista a idéia de Marx é bem formulada. É inegável que, não obstante todas as vantagens produtivas que o progresso técnico traz, ele costuma acarretar uma descida na quantidade de trabalho procurada.

O que Marx não diz, é que o progresso técnico também cria novos postos de trabalhos. Ou seja, com o progresso técnico surgem novos postos de trabalho que antes não existiam. Isto cria um problema aos trabalhadores menos qualificados, que terão de se reciclar para poderem trabalhar nos novos empregos.

No Total, o progresso técnico acaba por não ter grande influência ao nível da Oferta de Trabalho. Os empregos perdidos, são compensados pelos novos empregos. Agora o grande problema é para os trabalhadores menos qualificados, que vêem os seus antigos trabalhos a perderem valor, e que tem de se reciclar para fazer frente às novas exigências.

1. Tendência para a Diminuição da Taxa de Lucro

1.1 - Para Marx, a Taxa de Lucro era o rácio da Mais Valia - MV - sobre a soma do Capital (capital constante - C - mais capital variável - v -).

Se C/v for igualado a X. Temos que $C=Xv$, logo a Taxa de Lucro = $MV/v(1+x) = MV/v * 1/(1+x)$.

Ora a tendência do Capitalista é a acumulação de Capital. Isto implica um aumento de X (Derivado da inovação tecnológica utiliza-se cada vez mais máquinas, logo, sobe o peso do Capital Constante).

Ora aumentando X (Pois o valor de C aumentou), aplicando a fórmula acima, facilmente se vê que a taxa de lucro desce.

Para Marx este movimento pode ser contrariado pela exploração da Força de Trabalho (aumentado dessa forma o V, o que implicará um aumento da Mais Valia (MV), logo um aumento da taxa de Lucro).

Esta análise está fortemente condicionada pela análise do Valor que Marx faz. Para Marx apenas a Força do Trabalho cria Valor, pois o restante capital (meios de produção) apenas o transmite.

Segundo esta lógica, há de fato uma tendência para a baixa taxa de lucro.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

que Marx não refere (e convém sempre salientar que toda a análise tem que se enquadrado no seu ambiente histórico) é que o Progresso Tecnológico reduz os custos dessa mesma Tecnologia (Ou seja o V não aumenta mas sim diminui).

Também não leva em consideração na sua análises os efeitos da crescente produtividade. Ora mantendo a mesma força de trabalho, a mesma quantidade de trabalho gera mais valor, por via do crescimento da sua produtividade do trabalho (ou seja, a Mais Valia de cada Trabalhador também aumenta).

Logo, não existe uma tendência para a baixa da taxa de lucro, mas sim uma tendência para a subida da taxa de lucro.

O Raciocínio de Marx, caso não tomássemos em consideração os efeitos do crescimento da produtividade, está completamente certo. Contudo, o aumento da produtividade do trabalho, aumenta a Mais Valia de cada trabalhador, e o progresso tecnológico diminui os custos dos Meios de Produção.

Temos pois que a tendência do Sistema Capitalista é a subida da taxa de Lucro, por via de: - Aumento da Mais Valia (por causa da subida da produtividade de cada trabalhador), e diminuição dos custos do Capital Constante (por causa do progresso tecnológico).

4. Etapa Monopolista

4.1 Visto que a tendência do Capitalista é a acumulação, há uma tendência para a baixa dos preços.

Se os preços descem, existem empresas que não podem produzir (pois não conseguem gerar lucros com esse nível de preços), como não conseguem produzir, desaparecem.

Com o desaparecimento das empresas não competitivas, a Indústria tende a concentrar-se nas poucas empresas que conseguem acompanhar o nível de preços, mantendo-se lucrativas.

Para Marx, a Contradição reside no fato de se perder a essência do Capitalismo. Pois deixa de haver concorrência há medida que a concentração aumenta.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

Aqui Marx tem toda a razão. Os Progresso tecnológicos e científicos, levam a que os custos de produção das empresas baixem consideravelmente. Baixando os custos de produção, as empresas podem aplicar preços de venda mais baixas.

Aquelas empresas que não conseguem acompanhar o ritmo, por não terem tecnologia suficiente, e principalmente capital para acompanhadas as inovações Tecnológicas, são obrigadas a cessar a sua atividade (pois o novo nível de preços, não lhes permite acompanhar as empresas mais modernas).

A Tendência do Capitalismo é pois a concentração, pois nem todos conseguem acompanhar o progresso tecnológico, e a descida dos preços .

Conclusão

Marx encontrou pois as 4 grandes contradições do Sistema Capitalista.

Em toda análise que se faça a qualquer trabalho ou idéia, temos que enquadrar sempre na realidade atual.
Ora em relação a estas 4 grandes contradições, Marx falha ao não referir que o progresso tecnológico também cria novos empregos (para os mais qualificados), e também falha na sua análise da tendência para a Baixa da Taxa de Lucro (como vimos influenciada pela sua noção da teoria do valor, e por mais uma vez negligenciar os efeitos do progresso tecnológico).

SAPIENTIAJUS

5º ponto:

TEORIA MARXISTA – PARTE III.

1 - Karl Marx - Parte III

1.1.- Produção do Valor de Uso e da Mais Valia

O uso da Força de Trabalho é o Trabalho. Este deve ser útil para realizar valores de uso. O processo de trabalho é composto por: atividade do homem, objeto de trabalho e meios de trabalho

Uma matéria prima é um objeto já trabalhado. O que distingue uma época econômica de outra são os meios de trabalho, verificando-se que a quantidade de mão de obra diminui com a evolução dos meios.

O capital compra pois o valor de uso da força de trabalho, sendo esta sua pertença. Contudo, ela não quer apenas produzir uma coisa útil, quer acima de tudo uma mais valia, que o valor desta mercadoria ultrapasse o das mercadorias necessárias para o produzir».

O valor desta mercadoria é determinado pelo tempo socialmente necessário à sua produção (se for despendido mais tempo ou usados instrumentos mais caros, o capitalista só estará a perder dinheiro). Para Marx só o trabalho humano cria valor, as matérias e as matérias primas não criam apenas o transferem quando são trabalhadas pelo homem.

1.2.- Como é que se forma exatamente a mais valia?

O capitalista comprou a força de trabalho por um valor (valor que permita a subsistência do trabalhador, a sua reprodução, instrução, manutenção e que varia de sociedade para sociedade).

Passa a ser detentor de uma mercadoria, adquirindo o seu valor de uso, criando esta mercadoria um valor superior ao que ela vale.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

é através do chamado Sobre trabalho (por exemplo, nas 5 primeiras horas ele reproduz o valor do seu salário, mas acaba por trabalhar mais tempo). é neste tempo extra (que o capitalista tenta prolongar ao máximo) que ele trabalha e não é pago que é criada a mais valia.

Ou seja, a mais valia surge do fato do trabalhador trabalhar mais do que o socialmente necessário, e é este excedente não pago que o capitalista se apropria e se chama MAIS VALIA. A produção da Mais valia não é mais do que a produção de valor, prolongada para além de certo ponto. Se o processo de trabalho só durar até ao ponto em que o valor da Força de Trabalho paga pelo capital é substituída por um novo equivalente, haverá simples produção de valor, quando ultrapassar este limite haverá produção de mais valia

1.3.- A taxa de Mais Valia

Acabada a produção obtemos uma mercadoria igual a $c+v+c$ (sendo c o capital constante, v o capital variável, e p a mais valia).

A mais valia proporcional (relação de quanto ganhou em valor o capital variável) é nos dada pela relação da mais valia com o capital variável (p/v). Esta é a taxa de mais valia.

A parte do dia em que o trabalhador produz o valor da sua força de trabalho é menor ou maior consoante o valor da sua subsistência diária. Marx define «Tempo de trabalho necessário à parte do dia em que se realiza a reprodução da sua força de trabalho, e trabalho necessário ao trabalho dispendido neste tempo, necessário para o trabalhador e para o Capitalista».

O período extra não constitui nenhum valor para o operário mas é essencial ao capitalista, chamando-lhe Marx de Sobre trabalho. Para Marx as diferentes formas económicas da sociedade, apenas se distinguem pela forma como este sobre trabalho é imposto. A Taxa de Mais valia pode também ser Sobre trabalho/Trabalho necessário.

A é pois «a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital». A soma do trabalho necessário com o Sobre trabalho constitui o Dia de Trabalho.

1.4.- Capital Constante e Capital Variável

Para Marx importa distinguir entre dois tipos de capital:

1.5.- Capital Constante: Capital Investido em Meios de Produção, Constante porque o seu valor não muda no processo produtivo.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

1.6.- Capital Variável: Capital Investido na Força de Trabalho, Variável porque produz um valor diferente consoante a intensidade da sua utilização.

Os meios de produção só transmitem valor na medida em que perdem valor, ou seja, não podem acrescentar ao produto mais do que possuem, daí Marx defini-los como Capital Constante que sendo condição de criação de mais valia, não produz per si Mais Valia.

Por outro lado, o Trabalho conserva e transmite o valor dos meios de produção ao Produto. Reproduz o seu próprio equivalente e além disso gera uma mais valia engendrada no trabalho extra que pode ser maior ou menor consoante a sua duração. A Mais Valia depende pois, do Grau de exploração da Força de Trabalho.

Sendo a taxa de Mais valia dada por (Sobre trabalho/Trabalho necessário) ela não nos daria de forma nenhuma reciprocamente a grandeza do dia de trabalho. Se a taxa de Mais valia fosse de 100% apenas nos indicaria que as 2 partes do dia eram iguais, não nos indicaria o tempo de cada uma dessas partes.

O dia de trabalho não é fixo e possui limite.

Teoricamente o limite mínimo é o tempo em que o trabalhador opera para a sua conservação , contudo no «modo de produção capitalista» o trabalho necessário nunca pode formar mais do que uma parte do dia de trabalho, e o dia de trabalho não pode ser reduzido a este mínimo (caso acontecesse não haveria trabalho extra e conseqüentemente nenhuma mais valia seria engendrada).

Contudo o dia possuiu um limite máximo, que é duplamente determinado, por um lado fisicamente (o homem tem necessidades a satisfazer e limitação, precisando de se manter apto para o trabalho), por outro moralmente (o homem precisa de tempo para satisfazer necessidades intelectuais, sociais, etc...).

Tais limites variam de sociedade para sociedade, e são muito elásticos (daí haverem dias de trabalho com os mais diversos comprimentos.

Mas « O capitalista tem a sua maneira de ver sobre este último limite necessário do dia de trabalho». Há pois interesses antagônicos quanto à duração do dia de trabalho, podendo cada lado invocar as suas razões. «Quem decide sobre direitos iguais? A força. Eis porque a regulamentação do dia de trabalho se apresente como uma luta secular entre capitalista de trabalhador»

Opto agora por não proceder a uma análise exaustiva de todas as página dedicadas por Marx a esta questão, fazendo uma pequena súmula dos aspectos referidos.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

Contudo aconselho a sua leitura pois contem muitos exemplo bem ilustrativos que são um reflexo do que muito mau aconteceu e ainda continua a acontecer

A luta entre as duas facções é secular, sendo muitas as tentativas de regular o mercado de trabalho (por exemplo, «Code de la Corvée», da Rússia; «Règlement Organique» das províncias danubianas, os diversos «Factory Acts» da Inglaterra, etc...), que «refreiam a paixão desordenada do capital na absorção do trabalho, impondo limitação oficial ao dia de trabalho.

Nomeadamente depois dos «Factory Acts» na Inglaterra foram nomeados inspetores para verificar a aplicação dessas leis, podendo-se ler algumas das conclusões (nalguns casos terríveis) a que eles chegaram.

Mesmo com as limitações ao dia de trabalho, o capitalista sempre achou forma de as contornar, permitindo manter a tão desejada mais valia e até mesmo aumentá-la.

Uma dessas formas era e é a exploração das horas dedicadas às pausas (Retirando pequenas partes destinadas ao repouso do trabalhador, em que esta final continua a laborar). Tais situação como os próprio inspetores reconheceram são difíceis de detectar e combater «Os inspetores depararam-se com dificuldades quase invencíveis para comprovar os delitos e estabelecer as respectivas provas».

Outra das formas era e é a exploração da mão de obra infantil. O que obviamente era mau para a saúde dos jovens e tem conseqüências nefastas para as gerações futuras que serão cada vez mais fraca. Marx em «O Capital» é fértil a mostrar estas situações, com depoimentos, mostrando também a insipiência de muitas das respostas dadas pelos «capitalistas» então.

Outra das formas utilizadas pelo «capitalista incipiente» é o Sistema de Turnos.

Também nesta situação são muitos os exemplos que demonstram que o capitalista não ficava a perder.

Tomemos o exemplo de um dia de 8 horas.4 de Manhã e 4 à Tarde. Na realidade nesses descansos o trabalhador ficava a trabalhar e acabava por entrar mais cedo, ou então era obrigado a permanecer no local de trabalho(por exemplo se tivesse que dormir lá, ou demorar muito nas deslocações, etc...) e obviamente por necessidade e dependência, sempre que lhe pedissem para trabalhar mais ele aceitava.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

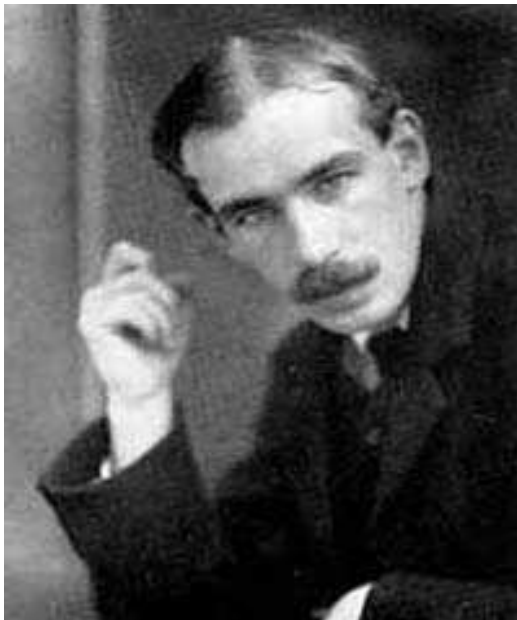
Data 04 de agosto de 2008

6º ponto:

TEORIA KEYNESIANA – PARTE I.

1 - Teoria Keynesiana

Fatos da Historia-



John Maynard Keynes nasceu no dia 5 junho 1883 em Cambridge, Cambridgeshire, Inglaterra, e morreu no dia 21 abril 1946 em Firle, Sussex, Inglaterra.

"... as idéias dos economistas e dos filósofos políticos, tanto quando estão certos como quando estão errados, são muito mais poderosas do que normalmente se imagina. Na verdade, o mundo é governado quase que exclusivamente por elas. Homens práticos, que se julgam imunes a quaisquer influências intelectuais, geralmente são escravos de algum economista já falecido."

John Maynard Keynes

A interatividade desta coluna levou-me a escrever este artigo e, com ele, iniciar uma nova prática, a de publicar, a cada mês, um artigo sobre um grande economista e suas contribuições para a teoria econômica e, quando for o caso, a política econômica.

Como citei nos artigos sobre globalização a expressão "políticas econômicas de inspiração keynesiana" e fui questionado sobre o seu significado por um internauta, achei por bem iniciar por John Maynard Keynes a série de artigos sobre os grandes economistas.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

John Maynard Keynes é considerado por muitos analistas o maior economista do século XX. Descendente de uma família de classe média alta, teve educação apurada, graduando-se economia no Trinity College, na tradicional Universidade de Cambridge. Conviveu com pessoas de destaque no cenário cultural da Inglaterra, pertencendo ao conhecido grupo de Bloomsbury, do qual fizeram parte, entre outros, o filósofo G. E. Moore, o crítico e biógrafo Lytton Strachey, o romancista Morgan Forster, além dos casais Clive e Vanessa Bell, e Leonard e Virginia Woolf.

Como representante do Tesouro, integrou a delegação inglesa na Conferência de Paz de Versalhes, realizada ao final da Primeira Grande Guerra. Discordando, porém, dos rumos que as discussões estavam tomando, abandonou a delegação e voltou à Inglaterra antes do encerramento da Conferência. Escreveu, então, **As conseqüências econômicas da paz**, alertando para os problemas que adviriam se as retaliações que estavam sendo cogitadas na Conferência de Paz fossem realmente impostas aos países derrotados. A confirmação das terríveis previsões de Keynes com as hiperinflações da Alemanha, da Hungria, da Áustria e da Polônia na primeira parte da década de 1920 serviu não apenas para demonstrar a correção de sua análise, mas também para recuperar sua imagem pública, abalada com a decisão de abandonar a delegação diplomática de seu país.

Em termos de contribuição à teoria econômica, sua consagração veio com a publicação, em 1936, de **A teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. Embora tenha uma sólida formação matemática, Keynes conseguiu escrever um livro extremamente acessível, sem fazer uso do farto conhecimento que possuía de métodos quantitativos. Com isso, **A teoria geral** (nome com o qual o livro normalmente é mencionado) tornou-se um livro de leitura razoavelmente acessível, que acabou se transformando em bibliografia obrigatória dos cursos de economia em todo o mundo.

Impossível, num artigo desta natureza, falar sobre toda a contribuição de Keynes para a teoria econômica. Entre as mais relevantes, porém, encontram-se: a) a crítica à teoria do *laissez-faire*, *laissez-passer*, até então amplamente dominante, segundo a qual a economia tende naturalmente ao equilíbrio, sem necessidade de intervenção governamental; b) a defesa de um papel mais significativo para os instrumentos de política fiscal na definição e execução das políticas econômicas, até então fortemente dominadas pelos instrumentos de

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

política monetária e cambial; c) a intransigente busca do pleno emprego como objetivo fundamental da política econômica; d) a valorização da contabilidade nacional, que passa a ser vista como elemento essencial para a análise e formulação de políticas econômicas; e) a teoria do multiplicador.

A influência de suas idéias - consideradas por muita gente como a base da recuperação da economia capitalista, vigorosamente abalada pela Grande Depressão - foi tão ampla que se tornou comum o emprego da expressão consenso keynesiano, em razão da proliferação de políticas econômicas inspiradas em suas idéias nas décadas de 40, 50, 60 e 70 do século recém encerrado. Os pilares básicos desse consenso keynesiano, segundo Eduardo Giannetti da Fonseca, são os seguintes:

CONCEITOS :

Conjunto de idéias que propunham a intervenção estatal na vida econômica com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego. As teorias de **John Maynard Keynes** tiveram enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado. Acreditava que a economia seguiria o caminho do pleno emprego, sendo o desemprego uma situação temporária que desapareceria graças às forças do mercado.

O objetivo do keynesianismo era manter o crescimento da demanda em paridade com o aumento da capacidade produtiva da economia, de forma suficiente para garantir o pleno emprego, mas sem excesso, pois isto provocaria um aumento da inflação. Na década de 1970 o keynesianismo sofreu severas críticas por parte de uma nova doutrina econômica: o monetarismo. Em quase todos os países industrializados o pleno emprego e o nível de vida crescente alcançados nos 25 anos posteriores à II Guerra Mundial foram seguidos pela inflação.

Os keynesianos admitiram que seria difícil conciliar o pleno emprego e o controle da inflação, considerando, sobretudo, as negociações dos sindicatos com os empresários por aumentos salariais. Por esta razão, foram tomadas medidas que evitassem o crescimento dos salários e preços, mas a partir da década de 1960 os índices de inflação foram acelerados de forma alarmante.

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008

SAPIENTIAJUS

A partir do final da década de 1970, os economistas têm adotado argumentos monetaristas em detrimento daqueles propostos pela doutrina keynesiana; mas as recessões, em escala mundial, das décadas de 1980 e 1990 refletem os postulados da política econômica de **John Maynard Keynes**.

SAPIENTIAJUS

Caro estudante do curso de direito, você está recebendo a título gratuito a apostila de

BIBLIOGRAFIA BÁSICA						
1	TÍTULO	Manual de economia				
	AUTOR	PINHO, Diva Benevides-VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de- Professores de Economia da USP.				
	EDITORA	Saraiva.	Ano	2002	Local	São Paulo
2	TÍTULO	Princípios da economia				
	AUTOR	PASSOS, Carlos Roberto Martins-NOGAMI, Otto.				
	EDITORA	Thomson Learning	Ano	2003	Local	São Paulo
3	TÍTULO	Introdução à Economia				
	AUTOR	VICECONTI, Paulo E.V. e NEVES, Silvério das.				
	EDITORA	Frase	Ano	2003	Local	São Paulo
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR						
1	TÍTULO	Fundamento de economia				
	AUTOR	VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de e GARCIA, Manuel E.				
	EDITORA	Saraiva.	Ano	2002	Local	São Paulo
2	TÍTULO	Introdução à economia				
	AUTOR	ROSSETTI, José Paschoal.				
	EDITORA	Atlas.	Ano	2003	Local	São Paulo
3	TÍTULO	Economia				
	AUTOR	WESSELS, Walter J.				
	EDITORA	Saraiva	Ano	2003	Local	São Paulo
BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA						
Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br						
1	TÍTULO	Novíssimo dicionário de economia (APOSTILA)				
	AUTOR	SANDRONI, Paulo				
	EDITORA	Best Seller	Ano	2003	Local	São Paulo

SAPIENTIAJUS

Introdução ao estudo das ciências econômicas organizado pelo professor Vadinei Garcia.

Lembro que esta apostila está sempre em reconstrução , pois estudar economia é estudar a evolução humana quase que diariamente , por isso este material é constantemente reorganizado.

No roteiro você encontrará tudo sobre economia lembrando a linguagem fácil de iniciação, fazendo sempre necessário a consulta a bibliografias especificar para uma maior compreensão da matéria em si.

È vedado a reprodução parcial ou total deste material sem a prévia autorização do organizador, sob pena da Lei.

Espero colaborar em seus estudos com tal material.

Sorte

Valdinei Garcia
organizador

Esta Apostila foi elaborada pelo Autor o qual é inteiramente responsável pelo seu teor.

Publicado no WWW.sapientia.jus.com.br

Data 04 de agosto de 2008